



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA– ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)  
SOCIEDADE ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA  
LATINA**

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES RURAIS NA POLÍTICA: ENFRENTAMENTOS E  
RESISTÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA ELEITORAL NO BRASIL**

**OLINDA GABRIELLE IMACULADA LEWITZKI DRUTCHIAKI**

Foz do Iguaçu  
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA — SOCIEDADE ESTADO E  
POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES RURAIS NA POLÍTICA: ENFRENTAMENTOS E  
RESISTÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA ELEITORAL NO BRASIL**

**OLINDA GABRIELLE IMACULADA LEWITZKI DRUTCHIAKI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia: Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Élen Cristiane Schneider

Co-orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Taisa Lewitzki (UFPR)

Foz do Iguaçu

2024

**OLINDA GABRIELLE IMACULADA LEWITZKI DRUTCHIAKI**

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES RURAIS NA POLÍTICA:  
ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA ELEITORAL  
NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia, sociedade, estado e política na América Latina. Orientadora: Prof. Dra. Elen Cristiane Schneider e Coorientação de Dra. Taisa Lewitzki.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Élen Cristiane Schneider

UNILA

---

Coorientadora: Dra. Taisa Lewitzki

UFPR-UFRN

---

Prof. Dra. Jorgelina Ivana Tallei

UNILA

---

Prof. Dra. Juanita Cuéllar Benavides

UNILA

---

Mestra. Lays Gonçalves da Silva

UNB

Foz do Iguaçu, 10 de outubro de 2024.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que lutam e resistem, como ventos firmes, em defesa de seus direitos, que suas vozes sejam sementes de esperança.

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este trabalho à minha mãe e a todas as mulheres que fazem parte da minha vida.

Agradeço imensamente a todas as mulheres que, ao longo do tempo, lutaram e continuam lutando pela equidade de gênero. Minha gratidão vai também às mulheres que participaram desta pesquisa e a todas que de alguma forma, contribuíram para sua realização.

Minha caminhada até aqui é resultado de esforços coletivos, das cotas para alunas/es de escola pública, que possibilitaram minha presença na universidade. E hoje, é a realização de um sonho, poder estudar em uma universidade pública, especialmente na UNILA, através da universidade, foi possível criar novas perspectivas, viver experiências que transformaram minha trajetória.

Meus agradecimentos à minha família, minha mãe Adriana, que nunca deixou de ser minha base, e de acreditar nos meus sonhos, a minha tia Taisa que me inspirou com sua trajetória acadêmica e que sempre esteve ao meu lado, as minhas irmãs Thalita e Isabela, e meus irmãozinhos Joaquim e Bento, minha sobrinha Sara e a minha avó Maria Rosa, tudo isso é por vocês.

Minha gratidão à minha orientadora Élen por toda compreensão e incentivo, por sempre acreditar em mim, por sempre ter a sensibilidade com as palavras, e também por estar presente durante toda a graduação.

Agradeço a Taisa por estar disposta a ser minha coorientadora, me guiando nesse processo de finalização.

Não poderia deixar de agradecer por todo afeto, incentivo, e apoio recebido das minhas amigas/es que estiveram presentes nesse processo de graduação e de conclusão de curso, minha gratidão Akal, Maria, Jovana, Nirom, Vitinho, Iasmin, obrigada por serem minha rede de apoio e por me acolherem sempre que precisei. Aos meus colegas de

curso, em especial; Akal, Jeca, Claudia, Robert, Thays, Henrique, Armando, e Felipe. A todos meus amigos que conheci ao longo dessa trajetória que vivenciei nesses quatro anos, em que compartilhei momentos, diálogos, e aprendizados, obrigacias!

Aos meus professores, Elen Schneider, Marcelino Lisboa, Rogério Giugliano, Victoria Darling, Juanita Cuellar, Senilde Alcantara, e Ana Carolina Delgado, minha formação não seria a mesma sem vocês!

Agradeço aos caminhos, aos encontros, às escolhas, aos destinos e encruzilhadas, às lutas, ao campo e à minha história.

Eu sou a continuação de um sonho

Da minha mãe do meu pai

De toda/s que vieram antes de mim

(BK, & JXNV\$, 2022)

## RESUMO

A presente pesquisa aborda as trajetórias de mulheres rurais que ocuparam, ocupam ou buscam ocupar cargos eletivos na política partidária, a partir da interlocução com movimentos sociais. Para isso, apresenta-se primeiramente o panorama da equidade política representativa de gênero na América Latina, por meio da conquista do direito ao voto, e o avanço nas políticas de direito das mulheres, ao que corresponde às leis que viabilizaram a participação de mulheres na política e em espaços de decisão e de poder. Em seguida, a partir do conceito de interseccionalidades aprofunda-se a discussão acerca do trabalho reprodutivo e os diversos desafios para participação política das mulheres, com destaque para as mulheres rurais. Por fim, descreve-se a trajetória de mulheres na política eleitoral, que integram a diversidade dos modos de vida do espaço rural, com ênfase em mulheres camponesas, sindicalistas, ambientalistas e indígenas, a partir de Margarida Alves, símbolo da luta das trabalhadoras rurais e Sônia Guajajara, representante das lideranças indígenas. Busca-se explorar a problemática na esfera local, destacando a trajetória de Luciana Rafagnin e Adriana da Casa da Cultura, ambas do contexto rural e camponês no Estado do Paraná. A pesquisa é realizada a partir da revisão bibliográfica, dados secundários e trabalho de campo, evidenciando os desafios que as mulheres rurais enfrentam diariamente para participação política. Demonstra que a participação e articulação com movimentos sociais é preponderante na constituição de carreiras políticas das mulheres rurais.

**Palavras-chave:** mulheres na política, mulheres rurais, eleições, gênero, relações de poder.

## ABSTRACT

In this study, we researched the trajectories of rural women who have held or currently hold elected positions in party politics, through dialogue with social movements. Initially, we contextualized the panorama of political gender equity in Latin America by examining the achievement of women's suffrage and the advancement of women's rights policies, focusing on laws that enabled female participation in politics and decision-making spaces. Then, from a Brazilian perspective, we presented the trajectory of women in electoral politics, reflecting the diversity of rural life, with emphasis on peasant women, union leaders, environmentalists, and Indigenous women such as Sônia Guajajara, representative of Indigenous leadership, and Margarida Alves, a symbol of the struggle of rural workers. To explore the issue at the local level, we expanded our investigation by highlighting the trajectories of Luciana Rafagnin and Adriana Lewitzki, both born in Paraná. Luciana has experience from a peasant perspective, with a long history in holding elected positions, ranging from city councilor to state deputy, while Adriana has been building her political path, beginning with her work at the cultural center with rural women. Our fieldwork involved accompanying Adriana's electoral campaign as a candidate for city councilor in the municipality of Inacio Martins in the 2024 municipal elections. Through secondary data and ethnographic field observation, we identified the challenges that rural women face daily in politics.

**Keywords:** women in politics, rural women, elections, gender, power relations.

## RESUMEN

En este estudio, investigamos las trayectorias de mujeres rurales que han ocupado o ocupan cargos electivos en la política partidaria, a partir del diálogo con movimientos sociales. Inicialmente, contextualizamos el panorama de la equidad política de género en América Latina, mediante la conquista del derecho al voto y el avance en las políticas de derechos de las mujeres, abordando leyes que hicieron posible la participación femenina en la política y en espacios de decisión y poder. A continuación, desde Brasil, presentamos la trayectoria de mujeres en la política electoral, que integran la diversidad de los modos de vida en el espacio rural, con énfasis en mujeres campesinas, sindicalistas, ambientalistas e indígenas, como Sônia Guajajara, representante de los liderazgos indígenas, y Margarida Alves, símbolo de la lucha de las trabajadoras rurales. Con el fin de explorar la problemática en la esfera local, ampliamos nuestra investigación, destacando la trayectoria de Luciana Rafagnin y Adriana Lewitzki, ambas nacidas en Paraná. Luciana tiene experiencia en la perspectiva campesina con una larga trayectoria en la ocupación de cargos electivos, desde concejala hasta diputada estatal, y Adriana ha venido construyendo su trayectoria política desde el trabajo en la casa de la cultura con las mujeres rurales. Nuestro trabajo de campo consistió en acompañar la campaña electoral de Adriana, candidata a concejala del municipio de Inacio Martins en las elecciones municipales (2024). Fue posible identificar a partir de los datos secundarios, junto con la observación etnográfica de campo, las dificultades que las mujeres rurales enfrentan diariamente en la política.

**Palabras clave:** mujeres en la política, mujeres rurales, elecciones, género, relaciones de poder.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem n.º 1: Bertha Lutz em 1928 na cidade de Natal, um dos locais em que fez campanha pelo voto feminino.....	29
Imagem n.º 2: Primeiras eleitoras do Brasil em Natal/RN, 1928.....	30
Imagem n.º 3: Eleitora vota nas eleições presidenciais, no Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1955.....	31
Imagem n.º 4: Participantes do III Congresso Nacional Feminista com o presidente Getúlio Vargas, em 1936.....	33
Imagem n.º 5: Montagem com o rosto de Dilma.....	37
Imagem n.º 6: Fotografia de Margarida Maria Alves.....	61
Imagem n.º 7: Fotografia de Sônia Bone de Sousa Silva Santos.....	65
Imagem n.º 8: Fotografia de Luciana Guzella Rafagnin.....	72
Imagem n.º 9: Fotografia de trabalhadores em frente ao sindicato dos trabalhadores rurais autônomos, onde aparece Luciana Guzella Rafagnin, em 1988.....	75
Imagem n.º 10: Fotografia de Adriana Lewitzki, em 2024.....	78
Imagem n.º 11: Fotografia de Adriana Lewitzki e suas irmãs, em 1986.....	80
Imagem n.º 12: Fotografia de Adriana Lewitzki, em 2017.....	84
Imagem n.º 13: Fotografia de Adriana Lewitzki no Encontro clube de mães, em 2017.....	84
Imagem n.º 14: Fotografia de Adriana Lewitzki Trabalhando na Campanha Eleitoral-Candidata a Vereadora.....	85
Imagem n.º 15: Santinho da candidata Adriana da Casa da Cultura para vereadora nas eleições municipais de 2024.....	88

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1: Comparativo da percentagem da representatividade feminina na política em abril de 2022.....	19
Gráfico n.º 2: Comparativo da percentagem entre homens e mulheres eleito prefeito(a) nas eleições de 2012 a 2020.....	33
Gráfico n.º 3: Comparativo de candidaturas entre homens e mulheres nas eleições de 2014 a 2020.....	34

## LISTA DE TABELAS

Tabela n.º 1: Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação - 2019.....	46
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMIGA	Articulação Nacional Das Mulheres Indígenas Guerreiras Da Ancestralidade
ANMTR	Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIFG	Centro do Interesse Feminista e de Gênero vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais
CNDM	Conselho Nacional Dos Direitos Da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COAPIMA	Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COP	Conferência das Partes (uma reunião anual de signatários da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima — UNFCCC)
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NEPEM	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAD - UFRGS	Secretaria de Educação a Distância - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Sumário

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE IMAGENS.....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>11</b>
<b>Sumário.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. A ASCENSÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DO BRASIL E DO MUNDO.....</b>	<b>22</b>
1.1. PANORAMA GERAL: DADOS E TENDÊNCIAS NAS ELEIÇÕES.....	22
1.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DO BRASIL.....	26
1.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	34
<b>2. RELAÇÕES DE PODER NA POLÍTICA: MULHERES RURAIS E INTERSECCIONALIDADES.....</b>	<b>42</b>
2.1 INTERSECCIONALIDADE DAS RELAÇÕES DE PODER.....	42
2.2. MULHERES RURAIS E O TRABALHO REPRODUTIVO.....	44
2.3 MULHERES RURAIS, POLÍTICA E TERRITÓRIO.....	53
<b>3. CAMINHOS DA POLÍTICA: TRAJETÓRIAS DAS MULHERES RURAIS E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO.....</b>	<b>58</b>
3.1 MARGARIDA ALVES: “DA LUTA EU NÃO FUJO. É MELHOR MORRER NA LUTA DO QUE MORRER DE FOME” (1983).....	59
3.2. SÔNIA GUAJAJARA: “A GENTE ENFRENTA O PRECONCEITO DUAS VEZES, POR SER INDÍGENA E POR SER MULHER”.....	63
3.3. LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN:.....	70
3.4. TRAJETÓRIA ADRIANA DA CASA DA CULTURA.....	75
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é analisar a participação das mulheres do campo na política brasileira e compreender os obstáculos e desafios que enfrentam no cenário político do Brasil. Para isso, a pesquisa visa compreender a participação eleitoral das mulheres, a fim de abordar trajetórias de mulheres rurais no enfrentamento das desigualdades de gênero na participação eleitoral, com destaque para o Estado do Paraná.

Dessa forma, além de descrever o processo de conquista do direito ao voto ao direito de ser votada das mulheres no Brasil, o trabalho aborda a trajetória de mulheres do campo no pleito eleitoral, para então, apresentar o estudo de caso sobre a candidatura da mulher do campo Adriana da Casa da Cultura à vereadora do município de Inácio Martins no Estado do Paraná nas eleições municipais de 2024.

O estudo parte da identificação da desigualdade representativa de gênero no caso das mulheres quanto à ocupação de cargos eletivos na América Latina, e no caso específico brasileiro. No entanto, o interesse é aprofundar a dimensão analítica de gênero, a partir do pertencimento ao campo, no que corresponde ao universo rural, caracterizado por mulheres camponesas, rurais, agricultoras, assentadas, indígenas, quilombolas, entre outras.

A escolha pelo tema decorre do interesse científico sobre o assunto, mas também pela minha própria experiência de vida. Sou uma mulher do campo, pertenço à comunidade rural de Góes Artigas, situada na região centro sul do Paraná, no município de Inácio Martins. Em minha vivência no campo, observei a falta de participação política das mulheres em cargos eletivos, a ausência de reconhecimento de sua capacidade representativa e de oportunidades para ingresso na carreira política. No cotidiano da comunidade, as mulheres enfrentam frequentemente a invalidação de suas falas e contribuições, sendo muitas vezes desconsideradas em discussões e decisões importantes.

Felizmente, pertenço a uma família matriarcal com a presença das mulheres em cargos de liderança, minha avó, mãe de seis filhas, foi uma das primeiras professoras da comunidade e sempre esteve presente na organização local, por meio das associações e atividades religiosas. Ainda nos anos de 1980, ela retomou escolas

do campo, fundou associações de agricultoras e criou grupos religiosos com base na educação popular e do campo. No entanto, apesar da preponderância da atuação de mulheres no campo na organização comunitária, ainda nos dias de hoje, existe reprovação das mulheres quanto candidatas a cargos eletivos com vistas à eleição. A partir dessa constatação vivenciada, e de acordo com dados e pesquisas que expressam a desigualdade representativa das mulheres na política, busco a partir do recorte das mulheres do campo, problematizar a importância da participação das mulheres rurais na política.

Além disso, compartilho uma vivência que fez com que esse tema se tornasse parte da minha trajetória. Na comunidade rural de Góes Artigas, as mulheres do campo desenvolvem um projeto coletivo que é a Casa da Cultura Góes Artigas, um Ponto de Cultura, criado em 2016. Na Casa da Cultura, desenvolvemos ações e projetos voltados ao fomento da cultura popular da região, refletindo o modo de ser e as vivências dos povos do campo. A iniciativa surgiu de um coletivo de mulheres para valorizar a cultura local, e proporcionar às mulheres rurais um espaço de diálogo, além de estratégias coletivas de comercialização de produtos agroecológicos e artesanais com vistas a geração de renda. Juntamente com as mulheres e jovens da comunidade, organizamos o espaço e realizamos mutirões comunitários para viabilizar as atividades.

Em 2020, a Casa da Cultura constituiu juridicamente a Associação Comunitária de Mulheres Rurais Casa da Cultura Góes Artigas, formada por 26 sócias, com objetivo de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável, mediante ações socioculturais efetivadas por encontros, oficinas, cursos, intercâmbios, mostras, festivais e feiras, tendo como atividades permanentes: Biblioteca Comunitária; Cine Prosa; Grupo de Artesanato; Grupo de Teatro; Feira de Alimentos Agroecológicos e Produtos Caseiros; Bodega de Economia Solidária; e, Feira da Cultura.

A minha experiência como fundadora e ativista da Casa da Cultura, somou-se a experiência acadêmica na UNILA, com a oportunidade de participar do projeto de iniciação científica intitulado “As Lutas das Mulheres Trabalhadoras na América Latina: Reprodução Ampliada da Vida e Integração Latino-Americana” (2023), que teve como objetivo explorar os desafios significativos enfrentados por mulheres que residem e trabalham em áreas rurais da América Latina. Especificamente, examinamos o impacto do trabalho doméstico e das múltiplas jornadas de trabalho no engajamento político

das mulheres em comunidades rurais. Como parte da iniciação científica, visamos abordar uma questão fundamental: em que medida o trabalho doméstico e as múltiplas jornadas de trabalho influenciam o ativismo político das mulheres em ambientes rurais?

A pesquisa revelou, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma distribuição de trabalho significativamente desigual entre as mulheres latino-americanas em contextos rurais. Em média, essas mulheres dedicam aproximadamente 10 horas a mais por semana em comparação aos homens, cumprindo suas funções tanto na agricultura quanto nas tarefas domésticas. Os mesmos levantamentos destacaram que mais de 92,1% das mulheres camponesas também assumem responsabilidades não remuneradas de cuidado de membros mais jovens e idosos de suas famílias.

Considerando minhas vivências, tenho a preocupação em entender a participação política das mulheres a partir dos seguintes questionamentos: quais são as mulheres que chegam ao poder por meio da ocupação de cargos políticos? Quem são essas mulheres? Quais percursos e itinerários na política partidária? Quais mulheres são eleitas? Dessa forma, creio ser possível investigar os projetos políticos das representações e entender, ainda, como a violência política de gênero distancia as mulheres da política, especialmente sendo estas mulheres pertencentes a territórios rurais.

<sup>1</sup>Com isso, ao longo deste trabalho busca-se abordar essas questões a partir do problema de pesquisa: quais são os empasses, hierarquias e limites que as mulheres do campo enfrentam pelo caminho, no contexto da política brasileira? Aborda-se, para tanto, as relações hierárquicas na política, tendo como base a análise das trajetórias de mulheres do campo representantes de movimentos e classes populares na política eleitoral brasileira. As dimensões conceituais estão relacionados ao gênero, classe, raça, pertencimento, etnia e localização geográfica. Para isso, exploramos os conceitos fundamentais relacionados ao gênero e interseccionalidade.

---

<sup>1</sup> Considerando as diversas variáveis territoriais e identitárias que influenciam a realidade das mulheres.

Segundo a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1976)<sup>2</sup>, existem em diferentes esferas da sociedade as relações hierárquicas de poder, visto que são estruturas sociais construídas historicamente no cenário político, mas também na vida cotidiana das mulheres, onde estas estão inseridas nesse contexto de dominação-exploração pelos homens, que se perpetua através do sistema capitalista patriarcal.

Nesse contexto, observa-se a importância de realizar um estudo sobre a temática das mulheres do campo na política no Brasil, e localizadamente no Paraná, a fim de entender os processos e trajetórias que implicam na representatividade ou falta de representatividade das mulheres do campo no cenário atual.

No livro “Gênero, Patriarcado e Violência”, Heleieth Saffioti aborda o papel das mulheres na sociedade contemporânea, analisando a questão de gênero em um contexto capitalista. Ela enfatiza que a disparidade entre os gêneros não é intrínseca, mas sim cultural, sendo imposta pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nas relações sociais. Essa disparidade é mais evidente nos âmbitos políticos, onde as mulheres frequentemente enfrentam exclusão e desigualdade de participação nos processos eleitorais em comparação com os homens.

Sendo assim, os objetivos específicos da pesquisa são: 1) contextualizar e mapear a participação das mulheres na política eleitoral brasileira num contexto internacional e nacional; 2) identificar os limites, empasses e hierarquias que as mulheres do campo (agricultoras, camponesas, assentadas, indígenas, quilombolas, etc.) encontram pelo caminho na política eleitoral brasileira, analisando suas trajetórias, quais grupos políticos, coletivos e movimentos sociais as mulheres representam no exercício parlamentar — com ênfase nas trajetórias de Sônia Guajajara, representante das lideranças indígenas, Margarida Alves, símbolo da luta das trabalhadoras rurais; 3) investigar as estratégias e práticas de resistência e mobilização acionadas pelas mulheres do campo para superar os desafios na política eleitoral brasileira, com foco em suas redes de apoio e formas de articulação, a partir da trajetória de Luciana Rafagnin, e da Adriana da Casa da Cultura ambas do Estado do Paraná.

A Deputada Estadual Luciana Rafagnin tem uma experiência significativa na defesa das perspectivas camponesas e uma longa trajetória ocupando cargos eletivos,

---

<sup>2</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. *Mulher e Sociedade: a integração da mulher ao processo de produção*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

da cidade de Francisco Beltrão. Adriana da Casa da Cultura, por sua vez, é uma militante camponesa que sempre esteve ativamente envolvida no coletivo da Casa da Cultura Góes Artigas, uma comunidade rural situada na região centro sul do Paraná. Além de ser mãe e agricultora, ela está concorrendo pela primeira vez nas eleições municipais de 2024 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na Federação Brasil da Esperança. Neste trabalho, acompanhei a candidatura da Adriana, participando ativamente da organização da campanha, adicionalmente realizei uma entrevista, que além de ser candidata a vereadora, é minha mãe e fazemos parte do quadro de sócias da Casa da Cultura Góes Artigas.

Nesse contexto, a proposta inclui o estudo das trajetórias das mulheres rurais, a partir da importância desse tema, visando compreender as relações de poder a partir das trajetórias políticas de mulheres, para que dessa forma, possamos reivindicar e discutir a inserção de mulheres na política.

Para a realização da pesquisa, foram usados métodos quantitativos e qualitativos, visto que são metodologias que abrangem diferentes técnicas, mas que se complementam nesta pesquisa. No entanto, deve-se registrar a ausência de dados qualitativos em relação à diversidade de mulheres do campo na participação da política eleitoral. Apesar do crescente número de pesquisas e análises sobre as eleições no Brasil e no mundo, pouco se registra o pertencimento territorial das mulheres, ao que corresponde aos contextos de ruralidades.

Sobre o método qualitativo, segundo Uwe Flick (2009, p. 21)<sup>3</sup>, na pesquisa em ciências sociais, frequentemente nos deparamos com questões delicadas, especialmente devido à diversidade de contextos em que os indivíduos estão inseridos. Historicamente, a metodologia utilizada mantinha um padrão que se afastava do cotidiano e das realidades sociais vividas pelas pessoas. A partir da década de 1970, a pesquisa qualitativa passou por transformações significativas, abandonando gradualmente os rígidos padrões descritivos. No entanto, esse avanço metodológico foi lento, levando décadas para se consolidar na forma do método qualitativo contemporâneo.

---

<sup>3</sup> FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Por isso, é fundamental a utilização dessa metodologia para a pesquisa, por considerar teorias que possam agregar ao contexto, e instigar a reflexão da pesquisadora em relação ao processo de pesquisa. Além disso, há uma variedade de métodos, como a revisão bibliográfica, buscando analisar e discutir o tema da pesquisa, o trabalho de campo e observação participante de uma candidatura, além de uma entrevista em profundidade.

Para realizar a pesquisa quantitativa, utilizarei a análise de dados secundários disponíveis em plataformas oficiais. Os métodos quantitativos empregados, correspondem aos números oficiais de acesso público, que subsidiaram a pesquisa. Neste caso, os dados disponíveis são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essas fontes oferecem informações numéricas sobre a participação das mulheres na política eleitoral brasileira, permitindo a análise da frequência e padrões desse fenômeno. Além disso, os dados quantitativos possibilitam a generalização dos resultados obtidos (Cervi, 2019, p. 11).<sup>4</sup>

Dessa forma, a estrutura do trabalho é formada por três capítulos temáticos. O primeiro capítulo, aborda o contexto histórico-político da participação das mulheres no cenário brasileiro. A partir da descrição da conquista do direito ao voto feminino, em 1932, marco fundamental na luta pela inclusão das mulheres na política. Em seguida, recapitula os principais avanços e desafios enfrentados pelas mulheres ao longo das décadas, até chegarmos à eleição da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2010.

No segundo capítulo, destaca-se as relações de poder, a partir do conceito de interseccionalidade, por meio da identificação das hierarquias que as mulheres enfrentam no cenário rural. No decorrer do capítulo, analisa-se o impacto do trabalho reprodutivo como uma barreira estrutural que impede que as mulheres tenham condições de participar da política. Além disso, observa-se a ausência de políticas públicas no território rural, como uma barreira para participação das mulheres do campo, que aprofundam os desafios enfrentados pelas mulheres na política.

No terceiro capítulo, a fim de identificar e descrever trajetórias de mulheres rurais na política, apresenta-se Margarida Alves, Sonia Guajajara, Luciana Rafagnin, e Adriana da Casa da Cultura, que são representativas da diversidade das mulheres do

---

<sup>4</sup> CERVI, Emerson. *Metodologias de Pesquisa em Ciências Sociais: Uma Abordagem Quantitativa*. São Paulo, 2019.

campo no Brasil. Através das trajetórias identificamos as hierarquias enfrentadas por elas e as formas de resistência que as mulheres encontram para se inserir nos espaços de militância e representatividade na esfera política.

Por fim, o trabalho conclui que a representação política é reflexo da desigualdade de gênero na sociedade patriarcal, no entanto, a perspectiva interseccional contribui para olhar à diferença entre as mulheres, por meio de marcadores sociais, e entender as diversas camadas que fazem parte da desigualdade, e como aprofundam os desafios para efetiva participação política. Adicionalmente, a partir da abordagem das trajetórias das mulheres que se destacam na ocupação de cargos de representatividade, o trabalho demonstra que a participação em movimentos sociais e articulação em redes é um elemento preponderante para constituição de carreiras políticas de mulheres rurais em sua diversidade

## 1. A ASCENSÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DO BRASIL E DO MUNDO

*“Não se pode ser o que não se pode ver.” (Alice Walker)*

No presente capítulo, aborda-se a participação das mulheres no contexto político global, apresentando dados sobre a política internacional e contextualizando-os no cenário brasileiro. Ademais, apresenta-se um panorama histórico da participação feminina nas eleições no Brasil, analisando dados secundários em relação à participação das mulheres no cenário eleitoral, quais avanços e desafios que aconteceram ao decorrer da história, com destaque para conquista do voto feminino, e a importância do voto para as mulheres do contexto rural.

### 1.1. PANORAMA GERAL: DADOS E TENDÊNCIAS NAS ELEIÇÕES

Ao analisar a participação das mulheres na política internacional, deparamo-nos com dados alarmantes. Segundo fontes do Jornal *Le Monde Diplomatique*, o qual utiliza dados da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgados no ano de 2020, as mulheres são sub-representadas nos processos políticos, tanto como eleitoras, mas também em cargos governamentais. Conforme apresentado no mapa da ONU, apenas 6,6% dos chefes de Estado são mulheres em todo o mundo, o número é ainda menor quando se trata de chefes de governo, sendo apenas 6,2%.

Em 2009, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)<sup>5</sup>, os países com maior representação participação das mulheres em cargos políticos na América Latina, são Cuba (49,2%), Argentina (40%) e Costa Rica (36,8%), enquanto os índices mais baixos são observados na Colômbia (8,4%), Brasil (9%) e Guatemala (12%)”. Com isso, observamos uma desigualdade de gênero nítida do Brasil, em relação aos demais países da América Latina.

---

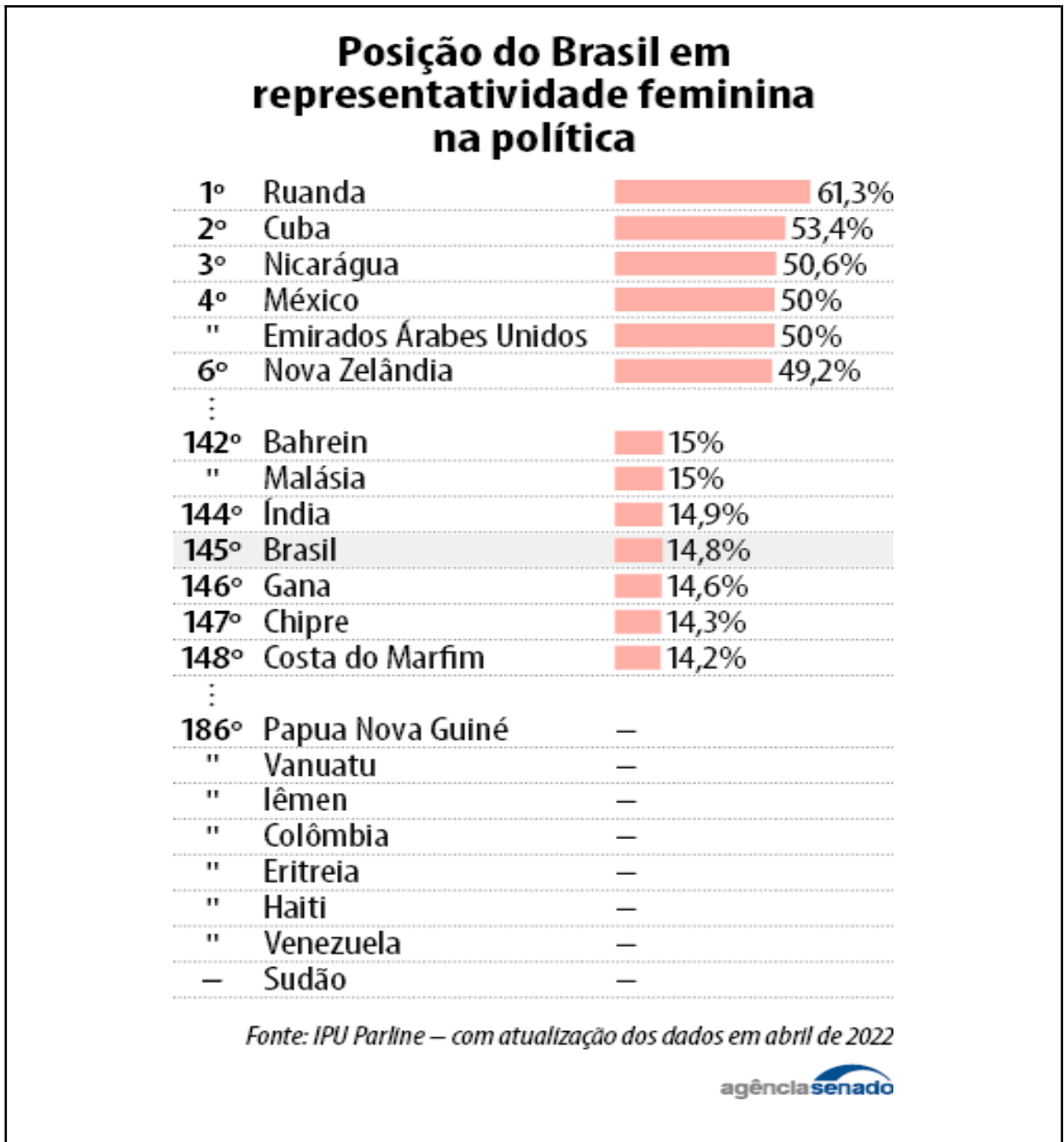
<sup>5</sup> **IPEA**. Desafios para a igualdade de gênero na política. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1068=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1068=28&Itemid=23)>

A CNN Brasil (2021)<sup>6</sup> aponta, com base em fontes da União Interparlamentar, organização internacional responsável pela análise dos parlamentos mundiais, que o Brasil ocupa a 142<sup>a</sup> posição em um ranking de 192 países quanto à participação política das mulheres. No gráfico abaixo (Gráfico 1), a Agência Senado, a partir da atualização de dados da IPU Parline em 2022, aponta que a representatividade feminina na política brasileira ocupa a 145<sup>a</sup> no ranking mundial. Ambas classificações revelam uma grande desigualdade de gênero, a posição tão distante das primeiras colocações em um ranking internacional evidencia a existência de barreiras estruturais e culturais que continuam a restringir o acesso das mulheres aos espaços de poder e tomadas de decisão.

---

<sup>6</sup> **CNN BRASIL.** Brasil é 142º na lista internacional que aponta participação de mulheres na política. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-142-na-lista-internacional-que-aponta-participacao-de-mulheres-na-politica/>>

Gráfico n.º 1: Comparativo da porcentagem da representatividade feminina na política em abril de 2022.



Fonte: Agência Senado, 2024.

Além disso, o artigo *“Participação Política de Mulheres na América Latina: o Impacto de Cotas e de Lista Fechada”*<sup>7</sup> (2016) analisa os desafios históricos enfrentados pelas mulheres na busca por participação política na América Latina. Desde a luta pelo direito ao voto até a conquista do direito de serem candidatas, as mulheres têm enfrentado inúmeros obstáculos ao longo do tempo. A análise ressalta,

<sup>7</sup> SPOHR, Alexandre Piffero; MAGLIA, Cristiana; MACHADO, Gabriel; OLIVEIRA, Joana Oliveira de. *Participação política de mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada*. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 417-441, 2016.

que apesar desses desafios, as mulheres continuam a avançar, embora ainda existam muitos impasses a serem superados para alcançar uma representatividade equitativa.

Conforme exposto no vídeo *“Mulheres na Política”*, apresentado por Débora Vicente no âmbito do curso *“Feminismos-Algumas Verdades Inconvenientes”* da plataforma Lúmina da SEAD/UFRGS<sup>8</sup>, o desafio do século XXI reside na superação da desigualdade de gênero. Em 2015, na Assembleia Geral da ONU, 193 países reconheceram a persistência dessa desigualdade. Um trecho do relatório da ONU destacou: “A desigualdade de gênero continua a ser um desafio universal. Não há um único país no mundo que tenha alcançado a igualdade de gênero.” De acordo com Débora Vicente e dados do Banco Mundial, mais de 155 dos 173 países analisados apresentam algum tipo de legislação que limita os direitos das mulheres.

O estudo realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) e Centro de Interesse Feminista e de Gênero (CIFG), vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre o Panorama da Representação Política de Mulheres na América Latina, traz uma contextualização dos direitos das mulheres e da política no cenário Latino-Americano. Ao considerar toda organização das mulheres em prol da reivindicação de direitos básicos que aconteceu na primeira metade dos anos 1990, após diversas conferências mundiais, ficou evidente que os direitos das mulheres não poderiam ser excluídos, mas deveriam ser considerados responsabilidade das instituições de direitos humanos. Observa-se que, um dos marcos importantes da história, foi a 4ª Conferência das Nações Unidas sobre Mulher de 1995 em Beijing, em que se expandiu as políticas de gênero voltadas à participação política das mulheres, a exemplo, as cotas de gênero, considerando o cenário Latino-Americano muitos dos países só tiveram as normas aplicadas após a Conferência Mundial sobre a Mulher (Spohr; Maglia; Machado; Oliveira, 2016, p. 420).

Nos anos 2000, ocorreram diversas iniciativas que tinham como objetivo a despatriarcalização dos países da América Latina, algumas delas incluíram a lei de cotas, financiamento de campanhas, criação de conselhos que asseguravam o direito das mulheres, entre outras políticas (Matos, 2010).

Ocorreu em 2007 o Consenso de Quito e em 2010 o Consenso de Brasília, composto por quarenta e quatro países e nove Estados da Comissão Econômica para

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://youtu.be/Ekv4qeEgUy0?si=exSs\\_CGXc6WOJewL](https://youtu.be/Ekv4qeEgUy0?si=exSs_CGXc6WOJewL)

a América Latina e o Caribe (CEPAL), na qual foi firmada a aprovação de medidas para a paridade participativa das mulheres na América Latina (Matos, 2010). Passados 23 anos desde a Conferência de Pequim (1995), que estabeleceu diversos mecanismos para a inclusão das mulheres nos poderes de Estado, e após a eleição de oito mulheres como presidentas na América Latina, ainda há uma desigualdade significativa.

Nélida Archenti e Laura Albaine (2018)<sup>9</sup> apresentam medidas que foram aplicadas para promover a participação política das mulheres no contexto latino-americano. As autoras evidenciam o lado positivo, e os empecilhos e obstáculos que existem nesse sistema, visto que são problemas estruturais, com essa análise, busca-se identificar quais são as problemáticas, para que dessa forma possa se encontrar caminhos e soluções. As autoras mencionam que nos últimos vinte e sete anos, foram implementadas medidas legais com o intuito de aumentar a participação política das mulheres nas eleições, por isso, foi instituído as leis de cotas de gênero, e a paridade política, para que, com isso, as mulheres latino-americanas tivessem mais acesso às câmaras legislativas.

## 1.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DO BRASIL

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as mulheres representam mais da metade da população brasileira, sendo 51%, mas representam apenas 15% dos cargos eletivos, mesmo representando 53% do eleitorado brasileiro, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral. A fim de entender essa desigualdade representativa, se faz necessário abordar o contexto histórico da participação das mulheres nas eleições brasileiras, a fim de examinar a evolução da participação feminina na política.

Durante o período colonial, a participação política era restrita às elites, composta predominantemente por homens brancos e proprietários de terras. Em 1822, a independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro I, marcou um avanço na autonomia política, refletido na Constituição de 1824. Esta concedia o direito ao voto a

---

<sup>9</sup> Archenti, N., & Albaine, L. (2018). \*O feminismo na política: Paridade e violência política de gênero na América Latina\*.

“todos” os cidadãos ativos, com renda mínima de 100 mil réis, poderiam votar, sem mencionar as mulheres.

Segundo Cajado e Cardoso (2016, p. 2) surgiram certas mudanças em relação à legislação eleitoral, “voto distrital, voto em listas completas e limitadas; voto direto (eleições locais) e voto indireto (eleições gerais)”. Naquele período, a representação dos eleitores se dava a partir da família, o voto não era um direito de todos, só podiam votar os homens considerados bons, conforme a idade, renda, estado civil, posição social entre outras características.

Nesse cenário, as mulheres eram responsáveis pelo papel de mãe, esposa e filha, em que ficavam com as funções referentes ao lar, cuidado com os filhos, e era proibido estudar, trabalhar, e realizar atividades relacionadas à política, pois essa tarefa era somente dos “chefes de família”. No final do século XIX se inicia as reivindicações pelo voto feminino. Em 1890, a jornalista, escritora e precursora do feminismo no Brasil, Josefina Álvares de Azevedo, escreveu uma carta chamada “O voto feminino”, reivindicando o direito ao voto feminino.

Após esse período, muitas mulheres começaram a reivindicar seus direitos, com o apoio de outros defensores da causa. Assim, durante esse período, Bertha Lutz (1894–1976) ficou conhecida como uma das precursoras na luta pelo direito ao voto das mulheres no Brasil. No entanto, a conquista do direito ao voto só foi alcançada no início do século XX, em 1932.

**Imagem n.º 1:** Bertha Lutz em 1928 na cidade de Natal, um dos locais em que fez campanha pelo voto feminino.



Fonte: Arquivo Nacional

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o estado do Rio Grande do Norte (RN) assume o protagonismo do voto feminino ao ser o primeiro a ter uma mulher votante. No ano de 1927, na cidade de Mossoró, Celina Guimarães Vianna foi a primeira eleitora do país. No ano seguinte, em 1928, a primeira mulher a ocupar um cargo político foi Alzira Soriano, na cidade de Lajes, localizada também no estado do Rio Grande do Norte. Esse fato ocorreu devido a um acordo realizado entre o movimento sufragista, juntamente com Bertha Lutz, e com o governador do Estado, que aprovou “a Lei n.º 660, que regulava o serviço eleitoral do estado e garantia a todos os cidadãos, sem distinção de sexo, o direito de votar e de ser votado” (TSE, 2024).

Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições realizadas em 1928, as mulheres exerceram seu direito, mas seus votos foram desconsiderados, pela comissão de Poderes do Senado.

**Imagem nº 2:** Primeiras eleitoras do Brasil em Natal/RN, 1928.



Fonte: Arquivo Nacional Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Alzira Soriano ficou conhecida como a primeira mulher a ser eleita prefeita na América Latina. No entanto, somente em 1932 que o voto feminino foi estabelecido no país, entrando em vigor na constituição de 1934. É importante destacar que nem todas poderiam acessar esse direito, apenas às mulheres casadas, que fossem permitidas pelo marido, e as mulheres viúvas que tivessem a renda comprovada.

**Imagem nº 3:** Eleitora vota nas eleições presidenciais, no Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1955.



Imagem: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional.

Nas eleições de 1933, segundo o TSE, ocorreu a eleição para a escolha de deputados na Assembleia Nacional Constituinte, primeira eleição que as mulheres são asseguradas de votar e de serem candidatas, o dado revela que de 1041 candidatos, apenas 19 eram mulheres, além disso, não tiveram nenhum apoio dos partidos políticos.

Quem eram essas mulheres? Apresento alguns nomes de mulheres que representam parte dessa história. De acordo com informações do Tribunal Superior

Eleitoral<sup>10</sup>Leolinda Daltro (1859–1935), baiana, professora e indigenista, fundou o Partido Republicano Feminino em 1910 e se candidatou a deputada federal na eleição de 1933. “Estou satisfeita porque vi, antes de morrer, a mulher brasileira acorrer às urnas”, afirmou Leolinda Daltro (TSE, 2020).

Edwiges de Sá Pereira (1884–1958), poeta e professora, criou a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931), também candidata das eleições de 1933, pertencia à cidade de Pernambuco, tornou-se a primeira mulher a ocupar um espaço na Academia Pernambucana de Letras.

Martha de Hollanda (1903–1950) escritora, jornalista e ativista, fundou a Cruzada Feminista Brasileira, foi a primeira eleitora do Estado de Pernambuco, e candidata em 1933, lutou contra as restrições ao voto feminino na reforma da legislação eleitoral que ocorreu no governo de Getúlio Vargas (1931), com isso se estabelece o Decreto n.º 21.076, que concede o direito ao voto a todos os cidadãos maiores de 21 anos, vetando as restrições que impediam algumas mulheres de acessar seu direito como eleitora.

O Direito é uno. É ou não é. Conceder o direito de voto à mulher não é o mesmo que conceder a certas e determinadas mulheres. Todas são iguais. E essa igualdade não deve desaparecer em consequência de seu estado civil ou de suas condições de fortuna. (Hollanda, 1931).

Carlota Pereira de Queiroz (1892–1982) em 1933 participou das eleições, sendo a única candidata e se elegeu como a primeira mulher eleita deputada federal pelo estado de São Paulo e do Brasil. Além das mulheres citadas, existem outras mulheres que compõem a história de luta pelos direitos das mulheres.

---

<sup>10</sup> **Tribunal Superior Eleitoral.** (2020). *A construção da voz feminina na cidadania*, disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/arquivos/portfolio-exposicao-a-construcao-da-voz-feminina-na-cidadania-TSE.pdf>.

**Imagem n.º 4:** Participantes do III Congresso Nacional Feminista com o presidente Getúlio Vargas, em 1936.



Imagem: Arquivo Nacional

Em 1970, inicialmente, ainda no cenário ditatorial ocorreu a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), através da criação do conselho foi possível reivindicar direitos na Constituição Federal de 1988, ao tempo que o movimento feminista se constituía no Brasil.

Outro acontecimento que marca a luta das mulheres no Brasil, ficou conhecido como “O Lobby do Batom” a feminista e escritora Schuma Schumacher (2018), analisa o papel CNDM para a criação da Constituição brasileira de 1988, tendo como destaque “Lobby do Batom”. Esse nome derivou-se de um apelido depreciativo pelos homens, que estavam preocupados com a ocupação das mulheres nos espaços públicos, principalmente no Congresso Nacional.

As feministas transformaram isso a favor de suas lutas, ressignificando a palavra em luta, nesta campanha das mulheres a constituinte articulada pelo CNDM.

Nesse período, houve a apresentação de várias demandas pela luta dos direitos das mulheres. No geral reivindicava-se a igualdade de gênero, de raça e também nas relações trabalhistas, entre eles estão algumas propostas: “Explicitar no texto constitucional a igualdade entre homens e mulheres perante a lei”; “A Igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher”; “Licença-maternidade de 120 dias” (Schumacher, 2018, p. 68).

As principais reivindicações do Lobby do Batom incluíam a licença-maternidade de 120 dias e a licença-paternidade de 8 dias. Além disso, defendiam o direito à creche para crianças de 0 a 6 anos e a posse da terra tanto para homens quanto para mulheres. Elas buscavam a igualdade de direitos e de salários entre homens e mulheres, bem como, a igualdade na sociedade conjugal. Ademais, reivindicaram o reconhecimento da união estável como entidade familiar e os direitos sexuais e reprodutivos. Outra importante demanda foi a garantia de mecanismos que coíbam a violência doméstica e a discriminação étnica e racial.

Apesar dos avanços na legislação e na Constituição de 1988, que promovem a igualdade de gênero, ainda se enfrentam desafios significativos em relação à representatividade das mulheres na política. O “Lobby do Batom” destacou a importância da participação feminina na Constituinte de 1988, mas a desigualdade de gênero persiste, com as mulheres ocupando uma parcela menor de cargos políticos em comparação com os homens.

Em 1986, segundo dados do TSE, o número de candidatas eleitas foi três vezes maior, de 8 para 26, na qual participaram da elaboração da Carta Magna Brasileira. “Ainda assim, essas mulheres representavam apenas 5% do total de constituintes (512). Em conjunto, as integrantes do Lobby do Batom apresentaram 34 emendas, das quais 27 foram aprovadas” (Tribunal Superior Eleitoral, 2020).

A partir do contexto histórico abordado, é evidente que a participação política das mulheres no Brasil tem avançado significativamente ao longo dos anos. Cada conquista nesse campo foi resultado de intensas lutas e esforços de inúmeras mulheres que, ao longo dos séculos, desafiaram as barreiras impostas pela sociedade patriarcal. Esses avanços, embora notáveis, são apenas parte da jornada contínua em direção à igualdade de gênero na política.

### 1.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Neste subtítulo, discutimos inicialmente as políticas de equidade de gênero, destacando suas limitações e insuficiências em promover a inclusão das mulheres nos espaços de representação política. Em seguida, apresentamos dados sobre a participação política feminina no Brasil, incluindo os casos de candidaturas laranjas<sup>11</sup>. Também analisamos o preconceito, a violência e a discriminação de gênero enfrentados pela ex-presidenta Dilma Rousseff durante seu governo e ao longo do processo de impeachment.

Sob uma perspectiva de gênero, essas situações são analisadas para ilustrar as barreiras estruturais e culturais que continuam a restringir a atuação política das mulheres no país. Por fim, abordamos como a participação política das mulheres rurais se configura dentro desse contexto, ampliando a discussão sobre a diversidade de experiências e desafios enfrentados por diferentes grupos de mulheres na esfera política.

Cabral, Montaldi e Toledo (2023), evidenciam que as políticas em relação à equidade de gênero aumentaram a participação feminina nos últimos anos, mas que o impacto delas tem sido muito pequeno. Os autores apontam que, sem reformas mais profundas nas estruturas sociais e políticas que sustentam o sexismo e o patriarcado, as melhorias na representatividade feminina são limitadas e insuficientes para provocar uma transformação significativa.

Conforme o artigo de Cabral, Montaldi e Toledo (2023), a Constituição Federal Brasileira adota uma retórica liberal, fundamentada na promoção da cidadania e na garantia de participação e igualdade. Essa perspectiva busca consolidar um Estado Democrático de Direito, livre de “preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, Art. 3º, apud CABRAL; MONTALDI; TOLEDO, 2023).

Pode-se perceber uma controvérsia do Estado na Constituição, destacando que, na prática, o Estado Democrático de Direito perpetua diversas formas de opressão (CABRAL; MONTALDI; TOLEDO, 2023). Essa crítica é reforçada por Sagot (2009), que

---

<sup>11</sup> Candidaturas laranjas referem-se à prática de registrar candidatos sem intenção real de que concorram efetivamente, muitas vezes para atender a cotas legais de gênero.

argumenta que a teoria democrática e as práticas políticas convencionais sempre presumiram uma cidadania abstrata, desvinculada de corpo, classe, etnia e gênero.

O Brasil teve apenas uma mulher na Presidência da República, em toda história, e que sofreu um golpe político, Dilma Rousseff foi eleita presidenta<sup>12</sup> no ano de 2010, um marco histórico para as mulheres, sendo a primeira mulher a ocupar essa posição.

Durante o processo a ex-presidenta enfrentou múltiplos desafios, que podem ser analisados como um reflexo da sociedade patriarcal, machista em que vivemos. A ex-presidenta governou o país durante o período 2011–2016, no seu primeiro mandato (2011-2014) Dilma foi eleita com 56,05% dos votos, o segundo mandato (2015-2016) em que surgiu as chamadas “pedaladas fiscais” o que foi justificativa para um golpe político, no qual chamaram de impeachment. Conforme Amorim et al. (2017), a cobertura midiática das revistas brasileiras durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff revelou uma face machista, impregnada de preconceitos e estereótipos de gênero.

Marlise Matos (2022) sintetiza a violência política enfrentada por Dilma Rousseff por sua condição de gênero: 1) Desqualificação de sua atuação pela associação a uma figura masculina; 2) Associação ao estereótipo de figura materna; 3) Classificação como “histérica” e “louca”; 4) Imposição de estereótipos estigmatizantes ligados a sua expressão física e corporal, como sexualidade, estética de beleza ou feiura; 5) Apologia ao crime de estupro e outras violências sexuais; 6) Silenciamento de sua voz pública; 7) Táticas de desumanização por meio da animalização e da violência verbal; 8) Insinuações de violência física e de execução.

Na lista de violências políticas de gênero abordadas pela autora (Matos, 2022), destaco a apologia ao crime de estupro e outras violências sexuais. A misoginia, como estrutura de violência de gênero na sociedade patriarcal, é a base de muitos crimes contra as mulheres, desde o feminicídio até a violência política. O ódio às mulheres tomou proporções jamais observadas em mandatos presidenciais protagonizados por homens, mesmo em situações de golpes de Estado, impeachments e perseguições. Durante sua gestão, Dilma Rousseff foi vítima de uma montagem (Imagem 5) que

---

<sup>12</sup> Dilma Rousseff optou pelo termo “presidenta” ao assumir a Presidência do Brasil, destacando sua posição como a primeira mulher a ocupar o cargo, desafiando padrões linguísticos e culturais que refletem a exclusão histórica das mulheres dos cargos de poder.

continha conotação sexual e era colocada em forma de adesivos no tanque de automóveis incitando o estupro.

**Imagem n.º 5:** Montagem com o rosto de Dilma



Fonte: Reprodução Rede social X(Antigo Twitter)

No que diz respeito às pedaladas fiscais, os autores destacam que essas ações não configuram motivo para impeachment, além de não haver evidências da participação da ex-presidenta em esquemas de lavagem ou desvio de dinheiro. O golpe, consumado em 31 de agosto de 2016, levou Michel Temer à presidência, marcando um ataque à democracia brasileira que ignorou mais de 54 milhões de votos, em prol de um governo elitista, fascista e patriarcal (Amorim et al., 2017, p. 03). Desde a perspectiva de gênero, podemos observar que a motivação do impeachment do mandato da presidenta Dilma, não foi por questões administrativas, mas políticas e de gênero. O próprio argumento da incompetência administrativa da presidenta pode ser lido pela narrativa que se constroi sobre as mulheres, em relação ao pensamento irracional e, portanto, a incompetência para assumir cargos de liderança e gestão.

Nesta breve análise sobre o golpe enfrentado pela ex-presidenta Dilma Rousseff, podemos perceber que esse episódio é resultado de um sistema que aprisiona as mulheres. Isso se reflete não apenas nas baixas estatísticas de participação feminina na política, mas também no processo de socialização que

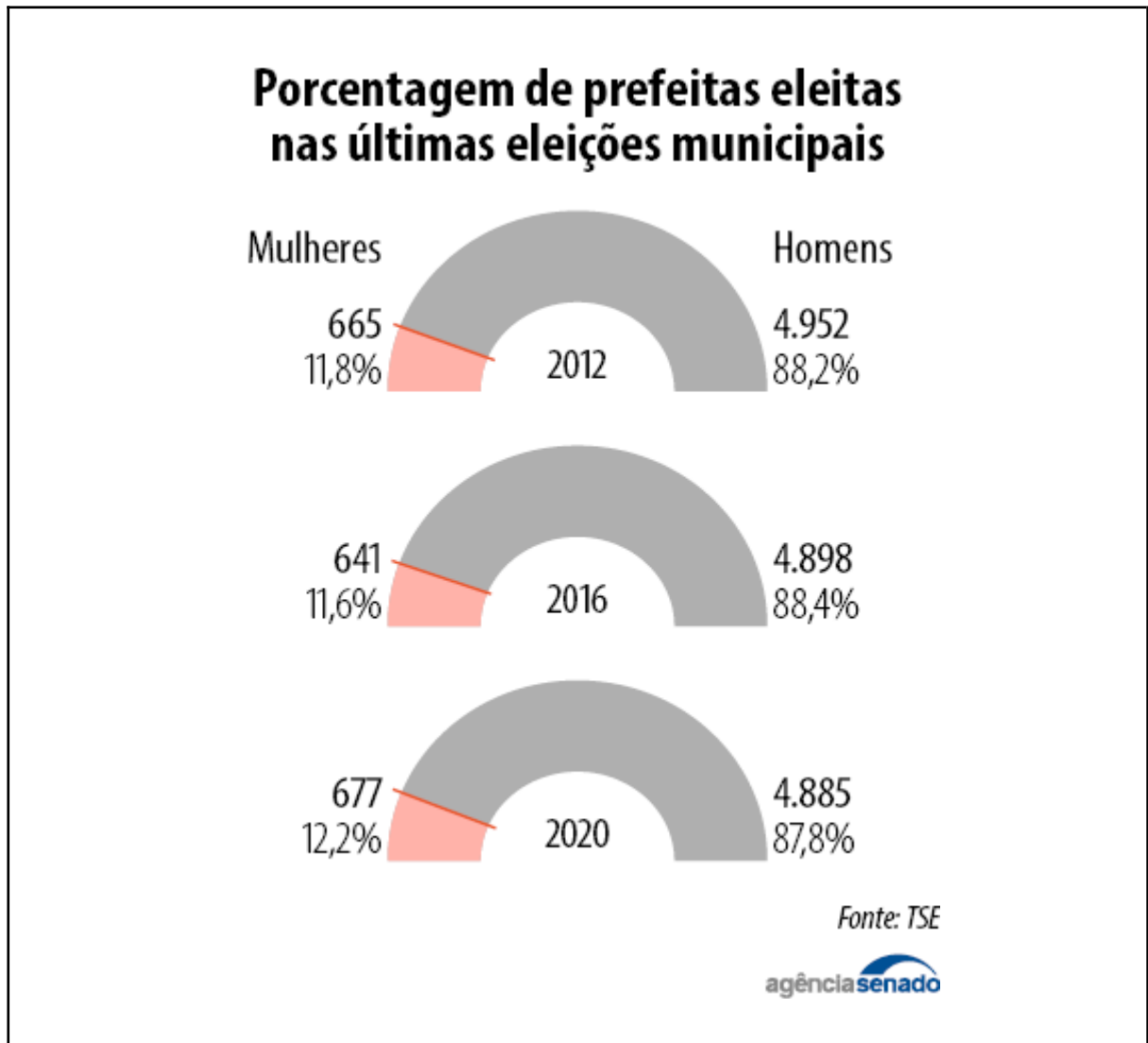
constrói a ideia de que a política não é lugar para mulheres. Esse imaginário é perpetuado como uma forma de controle e manutenção de hierarquias de poder.

Para destacar dados da Agência Senado, o Brasil até o ano de 2022, teve apenas 16 governadoras, sendo apenas 8 eleitas para o cargo, as demais eram vices, e suplentes. Além disso, tendo como destaque o estado do Rio Grande do Norte, que teve três governadoras eleitas, e ocupamos apenas 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 13% no Senado. Nas assembleias estaduais, a situação é similar: apenas 161 mulheres foram eleitas, representando cerca de 15% dos postos totais.

Mesmo com a Lei n.º 9.504/1997, que prevê no artigo 10 a obrigação dos partidos políticos a cota de 30% para as mulheres nas eleições, nota-se um déficit nas políticas públicas de gênero. A política de cotas tem sido frequentemente burlada por meio de candidaturas laranjas, onde candidatas mulheres são registradas apenas para cumprir a cota eleitoral mínima. Essas candidaturas fictícias acabam, na prática, servindo para viabilizar as candidaturas masculinas, ao invés de promover a representatividade feminina (Gortari, 2020).

Ainda nesse contexto de participação política das mulheres, os dados do Instituto Alziras (2023), revelam a porcentagem de mulheres prefeitas que estão ativas, no mandato (2021-2024) em que observamos que as mulheres são mais de 51% da população, mas administram apenas 12% dos municípios, as mulheres negras governam apenas 4%, e os homens seguem ocupando 88% desses espaços públicos de decisões. Em relação à participação das mulheres do campo, não há dados disponíveis sobre o recorte do pertencimento territorial e geográfico.

**Gráfico n.º 2:** Comparativo da porcentagem entre homens e mulheres eleito prefeito(a) nas eleições de 2012 a 2020.



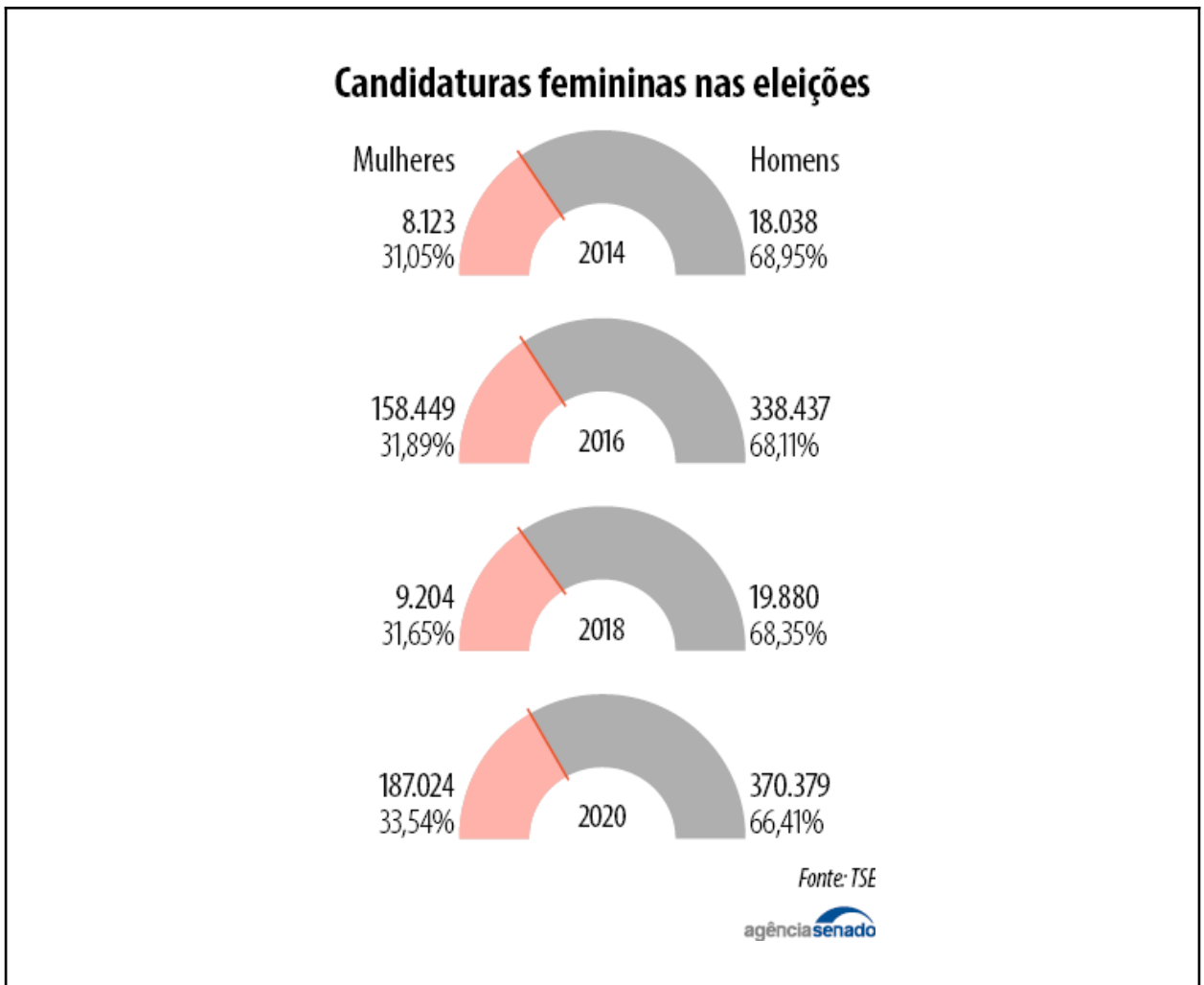
Fonte: TSE. Reprodução: Agência Senado, 2024.

Ademais, percebemos que a maioria das prefeitas estão nas regiões norte e nordeste do Brasil, sendo 15% e 17% respectivamente. Outro fato importante é que a maioria das prefeitas eleitas pertencem a municípios com uma população menor em relação às outras cidades, como as capitais, por exemplo. A partir do Censo das Prefeitas Brasileiras 2021-2024, realizado pelo Instituto Alziras, ao observar quais são as principais dificuldades “por ser mulher na política?” 47% das entrevistadas afirmam que a falta de recursos para a campanha é um obstáculo, 34% alegam haver o “desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas”, 26% afirmam que sofrem assédio e violência nos espaços políticos, 13% das mulheres declaram haver uma ausência de

apoio do partido simpatizante, além disso, 12% são impactadas pela sobrecarga de trabalho doméstico impedindo sua participação na política, 2% sentem falta do apoio familiar, 5% apresentam outros motivos, e 17% responderam que nenhuma das “alternativas anteriores”.

O gráfico seguinte (Gráfico 3) apresenta a distribuição de candidaturas femininas e masculinas do Brasil, dos anos de 2014, 2016, 2018 e 2020. Observamos um pequeno aumento nas candidaturas femininas nas eleições, sendo 31,05% em 2014 para 33,54% em 2020. No entanto, deve-se considerar a obrigatoriedade dos partidos políticos em homologar 30% das candidaturas de mulheres, em atendimento às cotas de gênero. Nota-se, que a margem de participação não se distancia dos 30% obrigatórios, sendo a participação e eleição masculina predominantemente maior do que a feminina.

**Gráfico n.º 3:** Comparativo de candidaturas entre homens e mulheres nas eleições de 2014 a 2020.



Fonte: TSE. Reprodução: Agência Senado, 2024.

No segundo gráfico (Gráfico 4), observa-se um aumento na porcentagem de mulheres eleitas nas últimas eleições municipais, passando de 11,8% para 12,2%. No entanto, esse número ainda é muito baixo em comparação aos homens, que representam 87,8% dos eleitos e ocupam a maioria dos cargos eletivos.

A partir dos dados apresentados sobre a representação das mulheres na política brasileira, observamos a persistente desigualdade de gênero que permeia o cenário político. A desigualdade é ainda maior quando consideramos a participação política das mulheres do campo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), entre 2002 e 2012, a presença feminina em cargos de liderança nas comunidades rurais cresceu de 14% para 16%.

Além disso, houve um aumento significativo na participação das mulheres em movimentos sindicais e políticos, como o Movimento de Mulheres Camponesas, a Marcha das Margaridas e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Contudo, essa tendência positiva contrasta com a baixa representação feminina na política eleitoral: nas eleições de 2016, as mulheres ocuparam apenas 14% das cadeiras de vereadoras. Esse dado evidencia que, apesar dos avanços em outros setores, a política eleitoral permanece masculinizada e continua a ser um campo desafiador para a conquista de poder pelas mulheres.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam cerca de 15 milhões de mulheres que residem na área rural, representando 47,5% da população residente no campo no Brasil. As mulheres do campo representam uma ampla diversidade de identidades e realidades, que incluem as mulheres indígenas, faxinalenses, quilombolas, ribeirinhas e das florestas, mulheres que fazem parte do MST, entre outras. Cada um desses grupos possui características culturais, sociais e econômicas próprias, que moldam suas experiências e modos de vida diferentes.

Para analisar a participação política das mulheres rurais, é fundamental reconhecer que são realidades distintas, onde as dificuldades enfrentadas são diversas, conforme dados da Comissão de Agricultura do Senado revelam que as mulheres rurais encontram inúmeras barreiras no acesso às políticas públicas. Frequentemente, essas trabalhadoras são invisibilizadas no cenário da política institucional, o que agrava ainda mais os desafios que já enfrentam em seu cotidiano.

Quando observamos os dados da participação política em cargos eletivos por mulheres rurais, camponesas, assentadas, quilombolas, indígena, há ausência de dados gerais sobre a participação política das mulheres nas eleições.

Conclui-se que a participação das mulheres na política brasileira, embora tenha alguns avanços, continua sendo desigual. As políticas de equidade de gênero demonstraram ser insuficientes para promover uma inclusão significativa das mulheres nos espaços de poder, sobretudo, quando analisamos o contexto das mulheres rurais. Embora tenha havido um aumento na participação das mulheres em movimentos sociais e sindicais, essa mobilização ainda não reflete na política eleitoral, em que a representação feminina permanece desigual.

O caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, além de evidenciar a violência e a discriminação de gênero, destaca como o sistema político brasileiro ainda é influenciado por estruturas patriarcais, a baixa representatividade feminina em cargos eletivos, principalmente entre mulheres do campo, indígenas, quilombolas, faxinalenses, reforça a necessidade de reformas estruturais que abordem as barreiras culturais e institucionais que limitam a atuação política das mulheres.

Mesmo após a conquista do sufrágio feminino, existem mecanismos que ainda limitam o acesso das mulheres aos espaços públicos, mantendo-as à margem da política institucional. Embora tenham ocorrido avanços nas políticas de inclusão das mulheres na esfera política, as hierarquias de gênero permanecem sendo constantemente reproduzidas. Como evidência Hirata (2020), “as fronteiras se deslocam, mas elas continuam existindo”.

Considerando as desigualdades estruturais de gênero, e a ausência de dados referentes à participação política das mulheres rurais, há a necessidade de entender o porquê dessa ausência, quais são os impasses que as mulheres enfrentam para poder acessar os espaços políticos e de decisões? Por isso, no próximo capítulo apresentaremos quais são as desigualdades de gênero e as relações de poder presentes na vida política das mulheres rurais, em busca de compreender as hierarquias e de que forma impactam a representação política das mulheres do campo.

## 2. RELAÇÕES DE PODER NA POLÍTICA: MULHERES RURAIS E INTERSECCIONALIDADES

No segundo capítulo, abordo as relações de poder na política, a partir de uma perspectiva interseccional, analisando quais são os atravessamentos das mulheres rurais, tanto na política institucional, quanto em lutas sindicais e movimentos sociais. Existem muitas dimensões conceituais em relação aos estudos de gênero, sobre diversas hierarquias presentes na esfera política. Dentre essas, esse trabalho se propõe a refletir sobre os impasses que impactam a vida política das mulheres rurais, indicando duas como as mais marcantes: o trabalho reprodutivo no contexto rural e a mobilidade das mulheres em relação ao território.

Inicialmente, descrevo as desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres do campo. A análise será fundamentada com base nas contribuições teóricas de Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene, as quais destacam como as interseções entre raça, classe e gênero são fundamentais para uma compreensão mais profunda das desigualdades de gênero. Na sequência, busco investigar as relações de poder no tocante ao trabalho reprodutivo e a mobilidade.

### 2.1 INTERSECCIONALIDADE DAS RELAÇÕES DE PODER

Em 1989, Kimberlé Crenshaw, criou o conceito de interseccionalidade no contexto do movimento de mulheres negras nos Estados Unidos, a autora argumenta que o racismo está profundamente enraizado nas instituições e nas leis, e por isso, continua sendo reproduzido estruturalmente (Akotirene, 2019, p. 19). Crenshaw demonstra que as opressões de gênero, raça e classe se entrelaçam, revelando que as mulheres negras vivenciam o racismo e outros atravessamentos que passam despercebidas em análises que tratam a desigualdade de gênero. Esse conceito amplia a compreensão das desigualdades sociais, e reforça a necessidade de abordagens interseccionais.

Creshaw (2018) usa uma analogia com avenidas para explicar o conceito de interseccionalidade<sup>13</sup>. Imagine uma mulher negra parada no cruzamento de várias

---

<sup>13</sup> Crenshaw, Kimberlé. **What is Intersectionality? Kimberlé Crenshaw explains intersectional theory**. YouTube, 29 abr. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/vQccQnBGxHU>. Acesso em: 12 set. 2024.

avenidas, sendo cada uma delas uma forma de opressão, uma avenida representa o racismo, outra o sexismo, outra a classe social, e assim por diante. Nesse sentido, quando a mulher é atropelada, a “ambulância”, que seria a lei, teria que ver em qual das avenidas a mulher foi atropelada, no entanto, o problema surge quando ela é atingida simultaneamente por carros que vêm de várias direções, ou seja, quando várias opressões (racismo, sexismo, classismo, etc.) se encontram e a afetam de forma combinada. A interseccionalidade é o conceito que busca entender essas interações, reconhecendo que a mulher negra no exemplo não está apenas sendo atingida por uma forma de opressão isolada, mas sim, por múltiplas opressões que se cruzam.

Akotirene (2019), entende que a interseccionalidade é um sistema de opressão entrelaçado, através da interseccionalidade é possível compreender os múltiplos atravessamentos que uma pessoa vivencia. No caso das mulheres negras, a autora destaca que diante do movimento feminista, essa perspectiva é fundamental para descolonizar a visão hegemônica do feminismo europeu, e reconhecer as múltiplas camadas que atravessam a vida política das mulheres. Nesse contexto, este trabalho se propõe em evidenciar as relações de poder a partir da interseccionalidade, além disso, destaca as dinâmicas de poder e implicações do território, que moldam e limitam as oportunidades da participação política e social das mulheres rurais.

Conforme Akotirene: “A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (Akotirene, 2019, p. 29).

Nesse sentido, é possível entender que o gênero é marcado por um sistema de diferenças intersectado por outros sistemas de diferenças, como classe, raça, sexualidade, origem étnica, experiência pessoal, idade, modo de vida, saúde, situação urbana ou rural e experiência histórica (ABU-LUGHOD, 2018 apud DEMÉTRIO SANTOS; WEDIG; PAGLIOSA CORONA, 2021).

Com base nas contribuições de Crenshaw e Akotirene, compreendemos que as desigualdades de gênero não podem ser analisadas isoladamente, mas sim através da perspectiva interseccional, visto que através dela podemos compreender melhor os atravessamentos vivenciado pelas mulheres, a exemplo: a raça, classe e outros marcadores sociais. Carla Akotirene, ao tratar da interseccionalidade, destaca que as opressões de raça, gênero e classe estão entrelaçadas, afetando a vida política das

mulheres negras. Ela argumenta que as mulheres negras estão excluídas de espaços de poder devido aos atravessamentos de raça e classe, elas enfrentam tanto a estrutura patriarcal quanto o racismo sistêmico.

Essa abordagem revela as complexidades dos estudos sobre gênero, mostrando como a desigualdade de gênero é reforçada e reproduzida por estruturas sociais e políticas que limitam a participação política das mulheres.

## 2.2. MULHERES RURAIS E O TRABALHO REPRODUTIVO

A partir da interseccionalidade, problematiza-se o contexto das mulheres do campo. Observa-se que as dificuldades enfrentadas no cotidiano das mulheres rurais, em relação ao trabalho reprodutivo, continuam sendo invisíveis, considerando que é para uma mulher do campo romper com esse cenário existem outros atravessamentos em relação a experiência de vida no espaço rural, porque na maioria das vezes a única alternativa é sair do território, devido às oportunidades de trabalho “remunerado” ainda ausentes ou insuficientes no espaço rural.

Além de não ter um trabalho formalmente assalariado, as mulheres enfrentam a desvalorização de seu trabalho doméstico, o qual é historicamente invisibilizado e não remunerado. Como menciona Silvia Federici (2019), “O que chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado”. Essa frase revela como as atividades cotidianas das mulheres, são vistas como parte natural de suas responsabilidades, são, na verdade, formas de exploração que sustentam o sistema capitalista.

No contexto do campo, tal realidade demanda outras especificidades de análise, porque a divisão do trabalho em relação ao gênero é marcada pela hierarquia e pela propriedade da terra, que implicam na desvalorização do trabalho da mulher rural. A propriedade da terra é um imperativo para acesso às políticas públicas rurais, ao que corresponde ao financiamento e acesso a linhas de crédito para produção, bem como para participação em sindicatos e associações de produtores rurais. O que se estende até mesmo a documentação como agricultora, que implica diretamente no exercício de direitos e na aposentadoria rural, pois a propriedade da terra na maioria dos casos está associada ao homem, seja ele o chefe de família, marido, pai ou até mesmo filho.

O sistema de herança e propriedade da terra, historicamente privilegia os homens, Ellen Woortmann (1982) em “O sítio camponês” observa que tanto entre os colonos do Rio Grande do Sul quanto entre os sitiantes de sertão de Alagoas, o regime de herança da terra é repassado para os homens sejam filhos ou genros, excluindo as mulheres do processo de propriedade da terra. Esse sistema patriarcal, faz com que as mulheres herdeiras por direito, tornem-se dependentes dos maridos e por suposto dos filhos, não exercendo a propriedade da terra onde trabalham. Fator que implica na tomada de decisões e repartição de benefícios em relação à terra, bem como na participação em políticas públicas e instâncias representativas das categorias profissionais do espaço rural, com destaque para agricultura familiar.

Nesse contexto, a partir da minha vivência como mulher jovem rural, percebo que as mulheres não são ouvidas, é subjetivo, mas parece que tudo que fazemos não é o suficiente, ou tem menos valor. Não importa se você é boa em alguma coisa, sempre será menos importante que dirigir um trator, ou que alguma atividade realizada pelos homens em trabalhos culturalmente masculinizados. A desigualdade de gênero é resultado das construções sociais e dos papéis que, ao longo da história, foram atribuídos a homens e mulheres. Esse processo é sustentado por discursos e expressões enraizadas nas estruturas sociais, e que no ambiente rural permanecem pouco alteradas. Segundo Faria (2009) existe uma grande desigualdade no campo, de classe, gênero e raça-etnia, outro dado que a autora aborda é a questão da migração das jovens rurais para a cidade, sendo consequência da desvalorização do trabalho, e da falta de oportunidades para as mulheres jovens, tanto do trabalho remunerado, mas também em relação ao acesso à educação, cultura e lazer. Conforme afirma a autora, também é resultado das relações de poder que permeiam a vida das mulheres rurais.

No período recente a maior escolaridade das jovens empurra-as para a cidade, com sua incorporação em trabalhos precarizados e mal remunerados, como o emprego doméstico, mas cujo salário, muitas vezes, serve para apoiar e/ou complementar os gastos nas atividades agrícolas da família. (Faria, 2009, p.21).

No entanto, é no espaço da organização social que as mulheres rurais conquistam visibilidade. O protagonismo das mulheres rurais nos movimentos sociais passa a ter maior participação a partir da década de 1980, visto que anteriormente elas

não tinham nenhuma visibilidade nos espaços. Quando as mulheres rurais participavam, era através do marido ou algum homem da família. Algumas mulheres só ganham legitimidade na luta depois que seus maridos faleceram (Carneiro, 1987).

A trajetória de Margarida Alves, como veremos no próximo capítulo, é exemplar, contradizendo o viés que a sociedade esperava, em relação às mulheres permanecerem em casa realizando trabalho doméstico, de cuidado, e seguindo ordens de homens. Na década de 1980, Margarida, lutava juntamente com toda a classe operária em busca da reivindicação de condições melhores de trabalho, mas sem a distinção do gênero, visto que queriam ser reconhecidas em uma categoria de luta, como podemos observar na sua fala:

Eu sentia que os direitos da gente são iguais, ninguém é mais do que ninguém. E se eu estava aqui era porque certamente tinha vontade de trabalhar. Porque tinha coragem de lutar. Não tinha medo e achava que este negócio de homem e mulher é besteira. A mulher pode ser até presidente de sindicato, pode ser. (Alves, 1983).

Ao decorrer dos anos houve a necessidade de se lutar por pautas específicas para as mulheres do campo, visto que enfrentam machismo, preconceito, silenciamento, dentre outras violências. Nesse sentido, ao considerarmos as mulheres rurais e suas organizações, notamos que, além da dominação capitalista, há outros fatores que permeiam a luta dessas mulheres, um deles, é o papel da socialização das mulheres desde a infância. Carneiro (2017)<sup>14</sup> menciona que é necessário analisar a influência da construção social da identidade feminina, quais são os valores culturais e sociais que permeiam as relações de gênero?

Como se dá a combinação de fatores econômicos, que orientam a mulher para além dos limites da esfera doméstica, levando-a a conquistar posições na esfera pública (não apenas via mercado de trabalho mas também na participação em sindicatos e associações) e os valores culturais que definem as identidades de gênero e as relações sociais entre os sexos? Que projeto ideológico está em construção nesse processo de transformação da mulher em ator político? Que valores sustentam a formulação de trajetórias unitárias que neutralizam as diversidades e antagonismos entre os gêneros e esboçam as bases para a construção de uma identidade coletiva? (Carneiro, 2017, p. 14).

---

<sup>14</sup> CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Revista de Estudos Sociais e Ambientais, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>. Acesso em: 21 jul. 2024.

Nesse sentido, percebemos que existe uma estrutura social culturalmente construída que define as relações entre os gêneros, na qual as mulheres assumem historicamente o papel na esfera privada, dedicando-se ao trabalho doméstico não remunerado, enquanto a maioria dos homens ocupa os espaços públicos. As mulheres do campo enfrentam ainda mais atribuições ao trabalho reprodutivo, que não é reconhecido, sendo visto como improdutivo.

Essas mulheres realizam múltiplas jornadas de trabalho, além de cuidar dos filhos e da casa, elas dedicam horas de trabalho cotidiano no cultivo de alimentos, limpeza de roçados, provisão de lenha, cuidado com os animais, transporte de água, entre outras atividades, todas as tarefas mencionadas são atividades que precisam ser realizadas diariamente, e que não são reconhecidas como trabalho (Heredia; Cintrão, 2006). Além disso, são atividades que demandam grande esforço físico, rompendo com a narrativa que as mulheres são frágeis e desprovidas de força física.

Muitas comunidades rurais sofrem pela falta de água, conforme a autora Heredia (2006) as mulheres rurais são as que mais sofrem com essa questão visto que são elas responsáveis pela realização das atividades domésticas que necessitam de água para realizar os afazeres domésticos, cuidados com as crianças, alimentação “Entre 1992 e 2002, a porcentagem de domicílios rurais com acesso à água evoluiu de 37% para 56% ao nível de Brasil, mas a metade dos domicílios ao nível nacional (44%) e quase três quartos dos domicílios do Nordeste permanecem sem abastecimento de água” (Heredia; Cintrão, 2006).

Taisa Lewitzki (2023) acrescenta que no contexto de escassez de água no semiárido nordestino, as mulheres indígenas rurais são as responsáveis pela gestão da água em quantidade insuficiente para suprir as necessidades cotidianas. Além de percorrer longos caminhos para buscar água, são elas que realizam os serviços domésticos, a preparação dos alimentos, a higienização das crianças e idosos, e a hidratação de pessoas, plantas e animais. A falta de água, implica em maior tempo, trabalho e acúmulo de atribuições das mulheres, para administrar a escassez.

Outro fator, a ser pontuado na especificidade do campo, é a relação do trabalho familiar, associado à propriedade da terra e o calendário agrícola que organiza a comercialização dos produtos sazonalmente. É sabido que, além da participação na produção, as mulheres muitas vezes são excluídas do processo de comercialização e divisão dos recursos econômicos. Nesse sentido, na divisão de recursos financeiros oriundo da comercialização das safras entre os membros da família do campo, pouco

se reconhece o trabalho da mulher em termos de divisão dos recursos financeiros, bem como a economia doméstica realizada pelas mulheres que impacta na manutenção da família no campo, por meio de produção de bens não monetizados, como a produção de alimentos, remédios e insumos para consumo da família. A invisibilidade do trabalho e participação das mulheres, se estende ao acesso à políticas públicas voltadas ao campo, assim como a participação em espaços organizativos como associações de agricultores, sindicatos rurais e conselhos de desenvolvimento rural, sendo formados majoritariamente por homens.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (2017) os dados evidenciam mais de 559 milhões de pequenos agricultores, são mulheres, no Brasil há 947 mil propriedades rurais, segundo dados do Ministério da Agricultura, 19% das propriedades são comandadas por mulheres, os dados mostram um avanço importante, considerando as questões desiguais em relação à terra enfrentadas no campo, a propriedade da terra é sempre liderada pelos homens da família, sendo um ambiente majoritariamente masculinizado, e machista.

As relações sociais são construídas e não se limitam aos fatores biológicos do corpo. Entende-se que existem diversas identidades culturalmente construídas. Dessa forma, percebemos que a justificativa de que as mulheres não conseguem realizar certos trabalhos ou ocupar cargos de poder e posições superiores é construída a partir de uma cultura machista, patriarcal e racista. Essas justificativas tentam explicar a ausência de mulheres nos espaços de poder e públicos com base em fatores biológicos ou na ideia de que as mulheres têm um instinto materno, de cuidado, e nasceram para cuidar do lar e da família (Scott, 1989).

Observamos o rompimento dessa lógica no campo, onde as mulheres são submetidas a trabalhos que demandam o uso intenso do corpo e da força física, muitas das vezes não respeitando seus ciclos biológicos, como a gestação e o puerpério. Durante o puerpério, as mulheres enfrentam diversas alterações hormonais, psicológicas e sociais, como a privação de sono e o isolamento social. (Cantilino *et al.*, 2010, apud Gil; Souza, 2020). No cenário rural, essas dificuldades são ainda maiores pela falta de acesso a informações e pela limitação no acesso a serviços públicos de saúde. Além disso, as grandes distâncias até unidades de saúde, como postos de atendimento.

A análise de Scott (1989) nos permite desconstruir essas narrativas e entender que as relações de gênero são dinâmicas e historicamente situadas, influenciadas por

diversas estruturas de poder e ideologias que moldam o comportamento e as oportunidades das mulheres na sociedade, como podemos observar no contexto rural.

A partir das relações de poder e os atravessamentos que foram possíveis identificar a partir da análise interseccional de gênero, discutimos as hierarquias reproduzidas dentro dessa estrutura de dominação. A primeira hierarquia que está sendo abordada é o trabalho reprodutivo, a segunda está relacionada à mobilidade das mulheres rurais, considerando suas limitações e dificuldades no contexto do território rural.

Para entender o impacto do trabalho reprodutivo na vida das mulheres rurais e, conseqüentemente, na sua participação política, é essencial compreender o conceito de Divisão Sexual do Trabalho, este conceito revela como as desigualdades de gênero se manifestam e influenciam as dinâmicas sociais. Não apresentamos toda a gênese do conceito da divisão sexual do trabalho, mas, em resumo, a definição do conceito é centrada nas relações sociais entre os sexos, inicialmente, se discutia a divisão somente do trabalho na esfera privada e pública, que seria no imaginário o trabalho assalariado, geralmente realizado por homens, brancos, que estivessem ligados a essas características.

Essa questão da divisão do trabalho está ligada ao tema central da participação das mulheres na política, é impossível discutir a ausência das mulheres nos espaços políticos sem considerar a construção histórica de suas lutas por direitos. Ao longo da história, a luta das mulheres para serem reconhecidas como trabalhadoras foi um marco fundamental para sua inserção nos espaços públicos, como associações, sindicatos e outras organizações sociais.

Para Silvia Federici (2017), é o trabalho das mulheres que reproduz a força de trabalho, ou seja, que gera novos trabalhadores para o sistema capitalista. Nesse contexto, uma das principais formas de subordinação feminina não é apenas a não remuneração do trabalho, mas também a exclusão das mulheres do trabalho remunerado, reforçando a dominação masculina. Além disso, a construção da ideia de feminilidade, moldada por papéis de gênero, contribui diretamente para a dominação sobre as mulheres.

Na nova construção conceitual pensada por Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) as autoras discutem sobre as “Novas configurações da divisão do trabalho” em

que se consideram todas as formas de trabalho. Elas buscam repensar o trabalho a partir das múltiplas categorias de trabalho, analisando como, cargos que têm maior valor e reconhecimento sempre são destinados aos homens, construindo-se princípios de separação dos trabalhos: existem trabalhos de homens e de mulheres. Os princípios de separação “[...] podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie.” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Sobre a dualidade do trabalho público e privado, Flávia Biroli (2018) visa destacar as desigualdades de gênero no contexto brasileiro, a autora percebe a necessidade de analisar a divisão sexual do trabalho para entender as relações de poder que existem na sociedade. Como mencionado anteriormente, as mulheres realizam mais que o dobro das atividades domésticas e a maioria dos trabalhos de cuidado. Um ponto importante que é destacado, é que mesmo as mulheres tendo um nível de escolaridade superior aos homens, elas continuam em cargos inferiores, recebendo salários mais baixos, com isso, observa-se que as relações de trabalho são permeadas por muitas hierarquias, destacando classe e raça. A autora menciona que gênero está entrelaçado a essas duas categorias e que não é possível fazer uma leitura coerente das relações sociais sem levar isso em consideração.

Flávia Biroli (2018) evidencia a dualidade entre a esfera pública e privada construída para que o espaço privado não seja considerado político, isolando assim as mulheres. Essa divisão, além de afastar as mulheres das pautas políticas, ignora as relações de poder que configuram as relações trabalhistas e familiares. Esse sistema possibilita um ideal da esfera pública composta predominantemente por homens brancos.

A análise das contribuições de Silvia Federici (2017), Maria José Carneiro (1987), Flávia Biroli (2014), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) nos revelam a complexidade e a profundidade das questões de gênero e da participação das mulheres na esfera pública. As autoras destacam que, apesar dos avanços históricos, como a maior participação das mulheres nos movimentos sociais e a conquista de espaços de liderança, ainda existem barreiras significativas que mantêm as mulheres em uma posição de desvantagem. Sendo assim, o trabalho reprodutivo destinado às mulheres, independentemente de seu ciclo de vida, ainda é um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres rurais.

Observamos a partir da análise sociológica de gênero no contexto rural “Gênero e reprodução social na agricultura familiar” de Anita Brumer e Gabriela dos Anjos (2008) que, conforme as autoras, nota-se que no campo, as tarefas geralmente rotuladas como domésticas englobam uma variedade de responsabilidades relacionadas ao cuidado, como limpeza, educação dos filhos, assistência a idosos, dependentes, preparação de refeições, manutenção da lavoura, cuidados com animais e outras múltiplas jornadas (Brumer; Anjos, 2008, p. 9).

A análise de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou uma distribuição de trabalho acentuadamente desigual entre as mulheres latino-americanas em contextos rurais. Em média, essas mulheres dedicam aproximadamente 10 horas extras por semana em comparação com os homens, cumprindo suas funções nas esferas agrícola e doméstica. Além disso, os mesmos levantamentos destacaram que mais de 92,1% das mulheres camponesas também desempenham responsabilidades não remuneradas de cuidado para membros mais jovens e idosos de suas famílias.

Evidencia-se, a partir das trajetórias analisadas, que o trabalho reprodutivo ocupa a maior parte do tempo das mulheres, em um estudo realizado com uma amostra de 1677 entrevistados, composta por jovens filhos e filhas de agricultores familiares na região Sul do Brasil, constatou-se que, enquanto 91% dos rapazes se dedicam principalmente a atividades agrícolas, entre as moças, 63% desempenham atividades agrícolas e 32% realizam trabalho doméstico (Brumer; Anjos, 2008 *apud*, Brumer; Spanevello, 2008, p. 69).

Neste processo de socialização profissional, há diferenças entre rapazes e moças, as quais geralmente são “poupadas” ou “excluídas” da atividade agrícola principal, sendo-lhes reservadas atividades consideradas como “domésticas” (Brumer; Anjos, 2008, p. 9).

**Tabela n.º 1:** Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação - 2019

<b>Sexo</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
<b>Total</b>	16,8	16,3	17,1	17,3	16,2	14,8
<b>Homens</b>	11,0	11,2	10,5	11,3	11,4	9,7
<b>Mulheres</b>	21,4	20,6	21,8	22,1	20,2	19,7
<b>Homens ocupados</b>	10,4	10,8	10,0	10,7	10,7	9,3
<b>Mulheres ocupadas</b>	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
<b>Homens não ocupados</b>	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
<b>Mulheres não ocupadas</b>	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual<sup>15</sup>

Apesar de realizarem essas atividades e muitas outras, as mulheres frequentemente não têm seu trabalho reconhecido como tal, sendo considerado apenas como uma ajuda gratuita. Muitas das vezes as mulheres não se reconhecem como trabalhadoras, produtoras rurais ou agricultoras, consequência da naturalização dos papéis de gênero em que são impostos às mulheres, partindo do imaginário construído da família, que o homem que assume o papel de chefe de família. Mesmo as mulheres sendo agricultoras e trabalhando a vida toda na esfera privada, muitas vezes perdem o direito à aposentadoria, essa realidade é observada na comunidade de Góes Artigas, a partir da experiência de vida, onde muitas mulheres, devido à falta de informações, acabam não tendo acesso a esse direito. Aline Santos (2019), em seu estudo sobre mulheres agricultoras, destaca tal questão:

É no estabelecimento das alianças matrimoniais que as mulheres acessam a terra ou, quando solteiras, pela dependência que mantém com a terra do pai ou dos irmãos homens, considerados os “chefes de família”. No Brasil, até a Constituição Federal de 1988 as mulheres agricultoras, mesmo que intensamente envolvidas no trabalho agrícola, não eram reconhecidas enquanto “agricultoras”, sua identificação se dava como “do lar”. Em muitos casos, o seu trabalho é apenas

<sup>15</sup> Reprodução de: [mst.org.br/2020/10/05/trabalho-domestico-e-os-desafios-das-mulheres-sem-terra/](http://mst.org.br/2020/10/05/trabalho-domestico-e-os-desafios-das-mulheres-sem-terra/)

considerado “ajuda” e raramente elas são reconhecidas enquanto “chefes” da unidade produtiva. (Santos, 2019, p.14)

Flávia Biroli em “Divisão sexual do trabalho e democracia (2016)” levanta a seguinte hipótese: “A divisão sexual do trabalho doméstico implica menor acesso das mulheres a tempo livre e a renda, o que tem impacto nas suas possibilidades de participação política e nos padrões que essa participação assume” (Biroli, p. 721, 2016):

O sentido dessa hipótese é que, embora as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres, por serem mulheres, tenham menores chances de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados a sua posição social. Têm, com isso, menores chances também de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente. A cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão sexual do trabalho, que em suas formas correntes converge em obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma e, numa frente menos discutida neste estudo, à autonomia decisória na vida doméstica e íntima. (Biroli, p. 721, 2016)

A divisão sexual do trabalho, conforme discutida por Flávia Biroli, reproduz uma desigualdade estrutural, limitando o acesso das mulheres rurais aos espaços de poder e decisões que afetam diretamente a participação política das mulheres. O trabalho doméstico e a conseqüente falta de tempo e de condições financeiras, prejudica a participação política das mulheres, e molda como essa participação ocorre.

No próximo subtítulo, discutiremos a relação das mulheres rurais com o território, compreendendo que o espaço que as mulheres vivem também influenciam nas dinâmicas da participação política das mulheres.

### 2.3 MULHERES RURAIS, POLÍTICA E TERRITÓRIO

Considerando que gênero e as demais relações de poder não podem ser analisadas isoladamente, exploraremos como o território influencia nas relações hierárquicas da política. O trabalho é entender as trajetórias das mulheres rurais na política, reconhecendo as dificuldades encontradas na dimensão do contexto rural.

Segundo Bruna Costa e Pável Oliveira (2021), o território é, por si só, um espaço de disputa pela terra e um local de resistência para os povos indígenas, camponeses, assentados, sem-terras, faxinalenses, que lutam por condições dignas de

vida. Nos anos 1970 e 1980, a luta pela reforma agrária ganhou maior visibilidade devido ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e às políticas públicas implementadas pelo governo federal. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a ser responsável pela distribuição de terras para as comunidades e assentamentos. No entanto, observa-se a dificuldade enfrentada por essas pessoas no acesso à terra.

A partir da perspectiva de gênero, as autoras Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Conceição Nogueira e Maria Juracy Filgueiras Toneli (2016) destacam no estudo “Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade” a importância de reconhecer as particularidades de cada espaço para compreender os diferentes modos de vida das mulheres rurais. Discutem como o conceito de espaço rural é construído socialmente, tanto em níveis globais quanto locais. Além disso, argumentam contra a visão idealizada e romântica de um ambiente rural como um paraíso intocado, ao mesmo tempo que rejeitam a noção de que o rural é sinônimo de atraso ou distância do urbano. Em vez disso, propõe-se o termo “ruralidade(s)” compreendida como “associada a um modo de ser e de viver mediado por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e históricos” (Gomes; Nogueira; Toneli, 2016, p. 116 *apud*, Karam, 2004).

A partir da minha vivência no ambiente rural, percebo que o deslocamento das mulheres do campo é um ponto fundamental a ser considerado na autonomia das mulheres, por ser um impeditivo na realização de muitas atividades, tanto laborais, recreativas quanto participativas. Um exemplo, baseando na minha vivência e de muitas mulheres da comunidade de Góes Artigas, localizada no município de Inácio Martins, na região Centro-Sul do Estado do Paraná é a mobilidade. Antes da pandemia havia a possibilidade de ir até as cidades vizinhas (Inácio Martins/Guarapuava) por meio de uma linha de ônibus que fazia esse percurso. Contudo, após a pandemia, a suspensão dessa linha tornou-se um problema geral para quem não possui outros meios de locomoção.

Para as mulheres, a dificuldade é ainda maior, considerando o custo da habilitação como motorista e a necessidade de locomoção até a cidade, além da responsabilidade de cuidar dos filhos e levá-los ao médico, tarefas que recaem majoritariamente sobre elas. Ademais, isso é observado na trajetória da deputada Luciana Rafagnin, que menciona sobre a dificuldade em relação à mobilidade. Ela relata que era de uma comunidade rural e a locomoção era um desafio, isso levou

Luciana a se desafiar a aprender a dirigir, menciona que o fusca azul se tornou um dos companheiros para ir para as comunidades, essa dificuldade é percebida na trajetória<sup>16</sup> da Sonia Guajajara que vem de uma comunidade indígena e relata em entrevistas que teve que sair de seu território para poder estudar/trabalhar. A dificuldade de locomoção, também é um desafio para Adriana que quando jovem precisou deixar sua comunidade para trabalhar, e ao retornar, enfrentou e enfrenta cotidianamente desafios relacionados à mobilidade na comunidade.

No início deste capítulo, abordei o conceito de interseccionalidade para compreender as relações de poder na política e entender as desigualdades de gênero, nesse sentido, visando compreender o território como uma intersecção. Segundo as contribuições de Massey (2013), observadas no trabalho de Santos (2018), o gênero e a localização geográfica das mulheres é fundamental para compreender a organização do espaço, destacando uma abordagem geográfica de gênero, para entender as relações desiguais de gênero e classe.

Silva (2007), sustenta ainda que uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro social e aos grupos sociais marginalizados do poder. Mas, afinal, o que caracteriza os estudos feministas de gênero na geografia? Para ela, seria a diferença do tratamento das mulheres, sendo que é um processo que também se torna perceptível inicialmente a partir da divisão sexual do trabalho. Enquanto o homem na grande maioria das vezes é aceito como o provedor, a mulher tem a sua mão de obra subordinada, tratada como cuidado ou ajuda. (Silva *apud* Santos, 2018, p. 39).

Segundo Laís Alves dos Santos (2018) a construção do espaço e das identidades políticas acontece por meio de processos dinâmicos, envolvendo as relações sociais, de trabalho, de formação política, experiências, e de vivências coletivas. Por isso, anteriormente mencionei o trabalho reprodutivo no contexto rural como um impasse para as mulheres acessarem os espaços políticos, nesse sentido observamos que tanto o trabalho reprodutivo com a participação política das mulheres está estritamente entrelaçado ao território, as relações sociais são construídas a partir do território. Dessa forma, se faz necessário compreender o território não apenas como localização geográfica mas também como um lugar de pertencimento, adicionando

---

<sup>16</sup> Serão abordadas no Terceiro Capítulo “3. CAMINHOS DA POLÍTICA: TRAJETÓRIAS DAS MULHERES RURAIS E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO” às trajetórias da Margarida Alves, Sonia Guajajara, Luciana Rafagnin, e da Adriana Lewitzki

esses marcadores sociais na discussão de interseccionalidades discutidas no início do capítulo, pelas autoras Crenshaw e Akotirene.

No cenário rural observamos que os papéis de gênero são determinados socialmente para justificar uma lógica de controle de corpos, onde há determinações de como ser/estar no mundo, o que devemos fazer nele (nos reproduzir) e com quem (em relações cis heterossexuais), além de legitimar as relações de poder.

Segundo Beatriz Maria Heredia (2006), as desigualdades que as mulheres rurais enfrentam são muitas, quando comparadas ao cenário urbano, na maioria das vezes as mulheres não conseguem acessar políticas públicas por falta de informações, ou por serem regiões mais pobres. Um exemplo são os direitos trabalhistas que chegaram na zona rural após 30 anos depois do cenário urbano.

As desigualdades de gênero no cenário rural (1992–2002), revelam uma grande desigualdade entre os homens e mulheres em relação ao acesso à educação, que se torna um ponto em comum entre as trajetórias abordadas nesse trabalho, além disso, as mulheres enfrentam dificuldades em acessar recursos básicos “tais como água, energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo, telefone” (Heredia; Cintrão, 2006).

No contexto da comunidade rural de Góes Artigas, situada na região centro-sul do Paraná, vivencia-se uma realidade semelhante à descrita anteriormente. Atualmente composta por cerca de 115 famílias, a comunidade ainda enfrenta desafios relacionados à comunicação. Não há sinal de rede telefônica, e a principal forma de contato é via internet, uma conquista relativamente recente, alcançada apenas em 2015 e acessível a um maior número de pessoas em 2020. Antes disso, poucas pessoas tinham acesso a um telefone, em situações de urgência, era necessário pedir emprestado. Mesmo após a chegada da internet, o acesso levou tempo para se popularizar, devido ao custo elevado, que dificultava o acesso dos moradores. O acesso das mulheres em relação ao atendimento médico é de péssimas condições, muitas das vezes tendo que se deslocarem até a sede do município de Inácio Martins (24 km) ou ainda municípios mais distantes como Irati (a 84 km) ou Campo Largo (240 km).

As desigualdades de gênero no campo são muitas, no decorrer do texto, uma das principais questões discutidas é a divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres com múltiplas jornadas, exigindo delas tanto o trabalho produtivo na lavoura quanto às responsabilidades no ambiente doméstico. Além disso, a luta pela conquista

de direitos, como o direito ao voto, mostra que as mulheres rurais frequentemente foram invisibilizadas nos movimentos por igualdade. Apesar desse cenário de exclusão, elas lutam para conseguir seus espaços de representação política, lutando pela dignidade e pela equidade de direitos.

Através das lutas das mulheres foi possível reivindicar políticas públicas que fossem voltadas ao cenário rural, mencionamos programas que foram criados no período dos anos 2003 a 2022, depois de muitas reivindicações do movimento das mulheres pela garantia de direito no cenário rural, visto que elas lutavam por seus direitos trabalhistas, e por direito a propriedade. A partir disso, em 2003 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) beneficiando as mulheres a acessarem créditos para financiamentos. Considerando, conforme estudado por Maria Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão (2006) que anteriormente o crédito era destinado a uma pessoa da família, geralmente aos homens, donos da propriedade, chefes de família. (Heredia; Cintrão, 2006 *apud* Costa; Nunes, 2014).

Segundo dados do IBGE 40% da população rural não possuem documentação civil, as mulheres sendo 60% visto que isso afeta diretamente o acesso das mulheres rurais às políticas públicas. A partir da identificação desse problema, em 2004 foi criado o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que lançou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural que possibilita às mulheres trabalhadoras, indígenas e quilombolas o acesso gratuito para emitir a documentação civil (Heredia; Cintrão, 2006 *apud* Costa; Nunes, 2014).

Neste capítulo conclui-se que as relações de poder desiguais entre homens e mulheres no campo tomam proporções ainda mais profundas em comparação à sociedade em geral. Dessa forma, a partir da interseccionalidade, é possível abordar as especificidades das mulheres no campo, em relação ao pertencimento, modo de vida e dificuldades em relação à mobilidade territorial, as oportunidades de acesso à educação, políticas públicas e trabalho remunerado, que implicam em maiores desafios para participação política e representativa em cargos eletivos.

No capítulo seguinte, apresenta-se a trajetória de mulheres rurais que atuaram na militância política, e em cargos eletivos, participando de movimentos políticos e comunitários, associações, sindicatos, para compreender através de suas vivências as hierarquias e atravessamentos que enfrentam no contexto rural, bem como suas formas de resistência.

### **3. CAMINHOS DA POLÍTICA: TRAJETÓRIAS DAS MULHERES RURAIS E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO**

Neste terceiro capítulo, embarcaremos numa jornada pelas trajetórias de mulheres que carregam consigo experiências de vida singulares, buscamos também identificar a partir de suas trajetórias as complexas relações hierárquicas que as mulheres do campo enfrentam nos espaços de poder, além disso, percebemos quais são suas formas de resistir na luta.

Através da interseccionalidade, é possível analisar as múltiplas dimensões que se entrelaçam nas trajetórias das mulheres rurais, reconhecendo que não existe uma categoria universal para compreender o gênero. As mulheres enfrentaram diversas intersecções, como raça, classe, localização geográfica e sexualidade, que moldam suas experiências e formas de opressão.

Abordaremos as trajetórias de mulheres rurais que se destacam em diferentes contextos de luta e representação política. Iniciamos com a trajetória de Margarida Alves, um símbolo da resistência das mulheres camponesas. A metodologia utilizada para sua análise baseou-se em dados secundários, extraídos de entrevistas, teses e dissertações.

Em seguida, apresentamos a trajetória da líder indígena Sonia Guajajara, que, assim como Margarida, é do campo do contexto dos povos da floresta, Sonia representa a importância das mulheres indígenas na política, a análise sobre sua atuação foi elaborada a partir de dados secundários, com base em entrevistas e discursos públicos.

Também apresento a trajetória da deputada estadual Luciana Rafagnin, do Estado do Paraná, que representa as mulheres camponesas e agricultoras. Como uma referência próxima de mulheres vindas do campo, e ocupam cargos políticos no cenário eleitoral, sua trajetória foi analisada por meio de materiais secundários, entrevistas e postagens em suas redes sociais, principalmente Instagram.

Por fim, apresentamos a trajetória da minha mãe, Adriana Lewitzki, uma liderança comunitária da comunidade de Góes Artigas, no centro-sul do Paraná, distrito de Inácio Martins. Ela vivencia diariamente os desafios de ser uma mulher rural, Adriana da Casa da Cultura concorre às eleições municipais de 2024 como candidata a

vereadora, e sua trajetória foi acompanhada por meio de um estudo etnográfico, observando sua vivência na comunidade e as dificuldades enfrentadas por uma mulher do campo que visa ocupar um espaço na política eleitoral.

### 3.1 MARGARIDA ALVES: “DA LUTA EU NÃO FUJO. É MELHOR MORRER NA LUTA DO QUE MORRER DE FOME” (1983)

Margarida Alves é reconhecida como um símbolo da luta camponesa no Brasil, exerceu o cargo de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba (PB), uma grande defensora dos direitos das trabalhadoras rurais.

Imagem n.º 6: Fotografia de Margarida Maria Alves.



Foto: Instagram Marcha das margaridas, acesso em 24 de julho

Margarida viveu na pele as violências de gênero, foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983, sua morte não foi apenas um ato de violência física, mas também uma tentativa de silenciar sua voz como mulher e por ser uma das lideranças locais, Margarida ocupava uma posição de destaque no movimento dos trabalhadores rurais, enfrentando as injustiças e lutando pelos direitos de sua comunidade, sua atuação, desafiava as estruturas de poder, o que incomodava especialmente os homens, que viam sua liderança como uma ameaça.

A historiadora Ana Paula Romão, autora do livro “Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983)<sup>17</sup>, publicou o livro escrito com base nas lembranças de Margarida em forma de resistência que permanece viva nas memórias

<sup>17</sup> Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. *Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) Através das Práticas Educativas das Margaridas*. 1. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

do coletivo. Conta sobre a trajetória de Margarida Maria Alves, que foi uma líder sindicalista, camponesa do estado da Paraíba, que tinha uma militância em prol da justiça. Margarida, sempre enfatizava passagens da bíblia, visto que participava como liderança religiosa também.

O documentário “Nos caminhos de Margarida”<sup>18</sup> registra, com depoimentos de pessoas que chegaram a conhecer e conviver com Margarida, parte de sua história de vida, contam que ela era uma mulher que teve uma vida difícil desde pequena, de família humilde, que começou a trabalhar muito cedo, com 11 anos. Seu filho, José de Arimatéia, menciona que sua mãe foi uma grande mulher, que lutava pelos direitos de quem mais necessitava.

Ao longo dos 12 anos em que Margarida Maria Alves esteve à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), diversos processos trabalhistas foram movidos contra usineiros, fazendeiros, donos de engenhos e empregadores locais, devido à violação de direitos fundamentais dos trabalhadores da região.

Após 23 anos do seu assassinato, surgiram muitos protestos no estado da Paraíba que se propagaram por todo o país. Além disso, para denunciar as injustiças, os assassinatos, e as violências que as camponesas enfrentavam no campo, na luta pela reforma agrária, o seu assassinato marcou o Dia Nacional Contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária, intitulado no ano de 1983.

Para contextualizar melhor esse período de vida da Margarida, descrevo um breve contexto dos movimentos sociais do final da década de 1970, nesse período surgiram muitos movimentos populares contra a ditadura militar, as mulheres tiveram participação ativa nesses movimentos.

No ano de 2000, surge a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), dando início a Marcha das Margaridas, movimento que homenageia a vida e a luta de Margarida Alves. Segundo a entrevista dada pela Mazé Morais, coordenadora da Marcha das Margaridas, ao Brasil de Fato, ela menciona que o país precisa ter o conhecimento do que se trata a Marcha das Margaridas, e faz alguns questionamentos, do porquê marchar:

[...] é por terra é boa a água é para a agroecologia é contra toda a retirada de direito, é pelo direito à vida das mulheres, quando você compreende que a

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://youtu.be/sjxruyZt-eM?si=uGdTO5t-xlfcx0b6>

gente está lutando que isso é uma bandeira importante você também é uma margarida” (Mazé Morais, entrevista dada ao Brasil de fato, 2019),

A Marcha das Margaridas é “A maior ação de massa latino-americana das mulheres trabalhadoras rurais do campo da floresta das águas” que ocorre na cidade de Brasília, mulheres do Brasil inteiro que se unem com um só propósito, lutar pela garantia dos direitos das mulheres, um ato de resistência pelas violências que ocorrem no meio rural. Apresentamos brevemente como surge o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o movimento é legitimado nos anos 1980.

O movimento destaca as mulheres camponesas como produtoras de alimentos e garantidoras da subsistência da família. Dentro dessa categoria estariam a pequena agricultora, as mulheres negras, as descendentes de europeus, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. (Capel Ataides, 2018, p. 22).

Aqui destaco a importância do território, não apenas como uma fronteira delimitadora, mas como um espaço de pertencimento, o território é construído, a partir das relações entre as pessoas, os modos de vida, a cultura, percebida através do modo de enxergar a vida, a relação íntima com a terra, dos saberes e das práticas tradicionais de cada povo.

Não tem como ser camponesa, sem ter um debate profundo sobre o território. O território camponês, da reforma agrária, dos ribeirinhos, envolve o jeito de vida, a cultura, a produção, tudo muito relacionado. Ela [a camponesa] vai na contramão desse modelo desenvolvimentista, que é os bens da natureza estarem a serviço do lucro e do capital. (...) Esses territórios para serem de campesinato tem que ser territórios livres de modelo de monocultivo, de veneno, de transgênicos, isso com certeza vai refletir nas relações sociais dentro desse grupo, desse território, na questão da violência, não tem como discutir agroecologia, se não discute também as relações com a natureza, entre seres humanos, não é só um modelo é um projeto de desenvolvimento a partir do saber popular, junto com técnicas e formação teórica, e respeito a uma sabedoria milenar que é do povo: resgate de sementes, melhoria de raças, que é o melhoramento natural dos galos, que é quando as galinhas ficam mirradas, por exemplo, o nosso povo sempre fez isso! Isso é cultura camponesa, isso é território, isso é desenvolvimento a partir do olhar desses camponeses, e não de uma ciência e uma ideologia de mercado. (Entrevista realizada por TÁBOAS, 2014, p. 39 apud CAPEL ATAÍDES, 2018).

Observamos na trajetória de Margarida o enfrentamento das desigualdades de gênero, que lutava frente a frente com o latifúndio, atravessada por diversas opressões, principalmente a violência como forma de silenciamento, mencionamos também a Marcha das Margaridas é um exemplo de resistência, que contribui na

construção da visibilidade para as mulheres rurais, que historicamente foram excluídas tanto no âmbito social quanto no político. Ao se organizarem coletivamente, o movimento traz visibilidade para as demandas alcançarem a esfera pública/institucional. Os movimentos sociais e organizações coletivas possibilitam que haja um diálogo entre o Estado, e instituições para promoverem políticas públicas que beneficiem as mulheres do campo e da floresta.

Margarida Alves, além de não ter ocupado um cargo eletivo na política partidária, é uma referência na representatividade política das mulheres do campo, porque rompeu com o silêncio, ocupando espaços tanto na igreja quanto nas lutas sindicais e na participação política que precederam a política partidária. Margarida menciona “Da luta eu não fujo” assim como ela, outras mulheres também não recuaram, menciono aqui as trajetórias de Sonia Guajajara, Luciana, Adriana e tantas outras continuam a lutar, resistindo e enfrentando as desigualdades de gênero.

### 3.2. SÔNIA GUAJAJARA: “A GENTE ENFRENTA O PRECONCEITO DUAS VEZES, POR SER INDÍGENA E POR SER MULHER”

Imagem n.º 7: Fotografia de Sônia Bone de Sousa Silva Santos.



Foto: Christian Braga, acesso Instagram, em 24 de julho

A trajetória de Sônia Bone de Souza Silva Santos, mais conhecida como Sônia Guajajara, líder indígena nascida na Terra Indígena de Araribóia, em Bom Jesus das Selvas, no estado do Maranhão, em 1974, é marcante para as mulheres do campo e da floresta. Filha de pais analfabetos e mãe de três filhos, Sônia saiu de sua comunidade aos 15 anos em busca de educação, indo cursar o ensino médio em Minas Gerais.

Em 1991, retornou ao Maranhão e se formou em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em 2003, tornou-se técnica de enfermagem e, no mesmo ano, foi eleita Coordenadora Geral da Coordenação Das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA).

Em 2005, concluiu uma pós-graduação em Educação Especial pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Quatro anos mais tarde, foi eleita vice-coordenadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia

Brasileira (COIAB). Sônia iniciou seu trabalho junto ao movimento indígena nacional em 2013, sendo eleita para a coordenadoria executiva da Articulação dos Povos Indígenas pela Amazônia (APIB).

A partir desse momento, a líder esteve à frente de várias iniciativas defendendo os direitos dos povos indígenas, lutando contra diversos projetos que ameaçavam esses direitos. Sua atuação rapidamente ganhou visibilidade internacional em prol da causa dos povos indígenas e da questão ambiental:

Desde então, venho representando os e as parentes com voz no Conselho de Direitos Humanos da ONU e outras instâncias. Há mais de dez anos levo alertas e denúncias às Conferências Mundiais do Clima (COP), de 2009 a 2021, além do Parlamento Europeu, e outros órgãos e instâncias internacionais. Desde então já percorri mais 30 países em todo o mundo. (Guajajara, 2022)

No ano de 2018, Sônia Guajajara concorreu à vice-presidência da República ao lado de Guilherme Boulos, marcando um momento histórico, ao ser a primeira mulher indígena a integrar uma chapa presidencial.

Em 2019, durante o governo de Bolsonaro, Sonia desempenhou um papel de liderança crucial ao encabeçar a "Jornada Sangue Indígena, Nenhuma Gotinha Mais", em que atravessou 12 países europeus. Esta iniciativa teve como propósito fundamental denunciar as violações dos direitos indígenas que estavam ocorrendo no Brasil. O objetivo era sensibilizar e pressionar os governos e as empresas para que cumprissem integralmente os compromissos assumidos nos acordos internacionais relativos aos direitos humanos. No mesmo ano (2019) Sonia participou ativamente, ao lado de outras mulheres indígenas, na organização da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas, cujo lema era "Território: nosso corpo, nosso espírito".

Em 2021, fundou a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Além disso, esteve à frente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), elaborando estratégias durante a pandemia da Covid-19.

Sônia foi reconhecida pela Revista Time como uma das 100 pessoas mais influentes de 2022, além disso, foi agraciada com o título de cidadã paulistana pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), através da bancada feminista da Câmara dos Vereadores de São Paulo, e em 2023 se tornou a primeira mulher indígena a ser nomeada ministra, para o ministério dos povos indígenas

Na entrevista com a Tv Fórum, Sonia relata um pouco sobre sua trajetória, conta que viveu toda sua infância no território Araribóia:

[...] Tive que sair muito cedo de casa né para poder estudar porque no nosso território e ali aos arredores os povoados vizinhos a gente só tinha as quatro primeiras séries, então eu fiz até quarta série ali junto com minha mãe com meu pai, minhas irmãs né, e durante esse período que eu estava ali trabalhei na roça com meus pais plantando, colhendo, e era assim, um período que a gente comia o que plantava, então o que hoje tá na moda que todo mundo chama de orgânico, era o nosso alimento do dia a dia ali que a gente plantava. (Sonia Guajajara, 2021).

Eu sempre tive muita vontade de estudar, de me formar, eu via as meninas casando muito cedo, porque faz parte da cultura do nosso povo, as meninas casam muito jovem, e eu olhava ali as meninas casando, tendo filhos, e eu nunca quis aquilo pra mim assim né, eu sempre tinha essa vontade de conhecer o mundo, de viajar, de me formar, e de voltar para ajudar meu povo, isso desde criança já carregava comigo (Sonia Guajajara, entrevista ao jornal Fórum).

Ao observar o relato de Sonia Guajajara, identificamos as inúmeras dificuldades relacionadas ao território, em relação à mobilidade, às longas distâncias que as mulheres rurais enfrentam para ter acesso à educação. Por exemplo, para as mulheres do campo essa ainda é uma realidade que impacta a vida das jovens que residem no espaço rural, limitando o acesso a oportunidades de estudos, muitas das vezes acabam se casando muito novas pela ausência de outras possibilidades.

A interseccionalidade nos ajuda a entender como essas múltiplas dimensões de opressão se sobrepõem, impactando as mulheres rurais, principalmente aquelas de comunidades indígenas e quilombolas. No caso de Sonia, para conseguir estudar, ela precisou deixar seu território, sendo uma referência de como essas barreiras estruturais afetam tanto a vida política, mas também o acesso a oportunidades.

No segundo capítulo, discutimos o território como uma intersecção que influencia a participação política das mulheres rurais, mas também percebemos como afeta diretamente seu acesso à educação. Sonia precisou deixar seu território para poder estudar. Ela relata que seus pais não tiveram acesso à educação, mas sempre acreditaram no poder transformador do conhecimento. Ela é a segunda de oito irmãos, todos os quais tiveram a oportunidade de estudar. Cresceu em um ambiente repleto de amor e afeto, onde os valores de solidariedade e ética eram constantemente enfatizados pela família.

Aos 11 anos, deixou sua comunidade para estudar na cidade de Grajaú, onde frequentou o ensino fundamental. Aos 15 anos, partiu para Minas Gerais para cursar o ensino médio, com o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Mesmo enfrentando a saudade de casa, nunca cogitou desistir de seus estudos.

Quando concluiu seus estudos retornou a sua comunidade para trabalhar, conta que sentiu vontade de sair de novo para estudar, e foi realizar o curso de técnica em enfermagem também com o intuito de ajudar na sua comunidade “sempre pensando muito de como eu poderia ajudar melhor” diz Sônia.

Mesmo trabalhando, Sônia sentia que faltava algo, queria poder fazer mais pelo seu povo, melhorar as condições de vida das pessoas, e também se importava com a exploração que havia em seu território, por isso decidiu entrar para o curso de Letras na UEMA, com isso, foi adentrando mais ao movimento indígena.

A partir desse momento, a líder abdicou de sua ocupação “profissional” para se dedicar integralmente à sua militância política, assumindo a liderança do movimento indígena. Esse desejo surgiu quando ela participou da Primeira Conferência Nacional dos Indígenas, em que ela ouviu relatos de indígenas de todo o país, falando sobre a luta pela terra, e sobre as violências que os povos tradicionais enfrentam, dos assassinatos de líderes indígenas, esses fatores fizeram com que Sônia sentisse a necessidade de lutar pela efetividade dos direitos dos povos indígenas, principalmente ao direito à terra. “Foi a luta pela terra que me trouxe né assim para estar diretamente nas organizações indígenas” declara Sônia Guajajara.

Ela compartilha sua experiência de ser uma das 100 pessoas mais influentes do mundo, expressando: “Às vezes é até inacreditável, quando você olha para trás e lembra do lugar de onde veio”(Guajajara, 2021). Além disso, salienta que esse reconhecimento deve ser revertido na garantia de direitos dos povos indígenas, aponta que esse reconhecimento é fruto de uma luta coletiva e histórica.

Segundo ela, o que motiva sua luta pela terra é sempre ter um lugar para voltar, que quando ela vai até outras comunidades indígenas, observa sempre as mulheres, menciona:

“Vejo muito as mulheres ali né, as mulheres trabalhando, as mulheres cuidando dos filhos as mulheres ali preocupadas com alimento da família, eu sempre olho muito assim essa presença esse comportamento das mulheres e sempre eu fico pensando assim nossa se tirar essa terra delas né para onde que elas vão como é que elas vão viver como é que elas vão estar no outro ambiente

que não é o seu né então eu penso muito isso sabe me coloco no lugar e vejo essa importância de ter esse território.” (Sonia Guajajara, 2021).

Podemos observar através da fala da líder indígena a importância que tem o território. Ela menciona:

“[...] essa importância de ter esse território né, porque do território ali tira o alimento né, tira essa liberdade né, de andar no território de até de coletar alimento de plantar de entrar no riacho né no rio Igarapé e produzir seu próprio alimento, e se você perde isso você perde a sua identidade né perde sua força perde a sua né essa sua a sua originalidade.” (Sonia Guajajara, 2021).

Sonia foi eleita Deputada Federal do Estado de São Paulo com mais de 156 mil votos (2023).

De acordo com informações obtidas na entrevista concedida por Sônia ao Brasil de Fato, há uma discussão sobre o papel fundamental das mulheres indígenas na luta social. Elas têm emergido como protagonistas, assumindo posições de liderança em organizações sociais, ingressando nas universidades e adentrando o campo político. Sônia destaca a relevância de as mulheres ocuparem espaços que permitam amplificar suas vozes, visando assim estimular maior participação feminina na luta. Ela esclarece que essa luta não é contra os homens, mas sim por igualdade de gênero nos diversos espaços.

Sônia compartilha algumas das dificuldades enfrentadas ao liderar organizações, destacando sua experiência como vice-coordenadora na COIAB em 2009, e posteriormente sua participação na coordenação da APIB. Ela relata os obstáculos que enfrenta como mulher ocupando esses cargos, mencionando que alguns homens resistem quando ela oferece orientações, e frequentemente ela precisou solicitar a intervenção de lideranças masculinas para ser ouvida.

As pautas que são defendidas pela líder, são pela questão da terra, pela questão ambiental, que segundo ela não tem como falar do meio ambiente sem falar da questão indígenas, são pautas que estão entrelaçadas, menciona

“não é possível falar de meio ambiente sem falar diretamente da questão indígena né porque elas são muito juntas é a mesma coisa né e quando a gente fala do meio ambiente para nós assim é a falar exatamente do nosso é do nosso corpo do nosso território do nosso espírito né é o nosso modo de vida e a nossa existência que tá ali totalmente no sol né então é a gente faz porque é a luta ambiental para nós é realmente a luta pela nossa vida né pela nossa existência” (Sonia Guajajara, 2021).

Para ela não tem como se pensar uma luta climática, sem pensar nos povos indígenas e reforça a importância da demarcação das terras indígenas que servem como garantia do equilíbrio e da preservação dos territórios.

Outra entrevista realizada pelo *Le Monde Diplomatique*, em que a Líder discute sobre as mulheres indígenas na política institucional, e a relação do movimento feminista, ao decorrer da entrevista Sonia menciona que as mulheres indígenas que estão construindo o seu próprio debate em relação ao feminismo. Além disso, Sônia conta alguns avanços que tiveram em relação à participação de mulheres indígenas na política:

“Nas eleições municipais, a gente conseguiu eleger 44 mulheres, entre vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas. Foi o maior número de todos os tempos e que já é um reflexo de toda essa campanha e toda essa articulação que a gente começou a fazer a partir de 2017. Então, apesar desse governo (bolsonarista) que estimula todo esse autoritarismo, estamos avançando nessa articulação. É uma das nossas bandeiras é essa: fortalecer as candidaturas de mulheres indígenas e fortalecer também a participação das mulheres eleitas, para não ser somente mais uma eleita, mas ser uma pessoa que está ali e tenha um projeto conectado com o próprio movimento indígena.” (Sonia Guajajara, 2021)

De acordo com Marisol de La Cadena (2018), se faz necessário a construção de uma aliança política que reconheça e acolha as diferentes perspectivas e mundos que coexistem dentro e fora das comunidades indígenas:

Essa aliança também traria esperança por um bem comum que não exige a divisão entre uma natureza universal e humanos diversificados. Os bens comuns que emergem constantemente dos incomuns como base para a negociação política do que seria o interesse em comum—e, portanto, dos bens comuns. (De La Cadena, 2018, p.114)

A trajetória de Sônia Guajajara, é uma referência viva de resistência dos povos originários contra a devastação ambiental. Sua luta vai além da defesa dos territórios indígenas, indo na contramão do modelo econômico vigente, que prioriza o lucro sobre a vida, para ela, a exploração não coloca em risco apenas a biodiversidade, mas a própria existência humana.

Os povos indígenas, por meio de coletivos como os que Sônia representa, tornaram-se protagonistas visíveis na luta por soberania territorial e por condições políticas que historicamente lhes foram negadas.

Ao decorrer de todo esse processo que nos trouxe aqui a partir das trajetórias políticas de mulheres, percebemos que o movimento social é um ponto essencial para

a emancipação das mulheres, que o coletivo é essencial para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

A partir da trajetória da Sonia Guajajara, observamos a importância de seu papel em representar as mulheres indígenas, podemos identificar intersecções entre gênero, raça, classe, etnia e território, ilustrando como as barreiras enfrentadas pelas mulheres indígenas vão além das questões econômicas e sociais, impactando diretamente seu acesso à educação e participação política.

Sua história demonstra a resistência e o papel fundamental que a educação desempenha na vida das mulheres do campo, Sônia teve que romper barreiras territoriais para conseguir estudar e construir sua liderança, o que reflete a luta constante das mulheres indígenas por espaços de reconhecimento e visibilidade. Sua atuação como líder nacional e internacional, desde a defesa dos direitos indígenas até as questões ambientais, revela como a interseccionalidade está entrelaçada. Além disso, sua trajetória reforça a importância do movimento social como uma ferramenta de emancipação, evidenciando que o engajamento coletivo é essencial para enfrentar as desigualdades de gênero no contexto rural.

### 3.3. LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN

Luciana Guzella Rafagnin nasceu em Mariano Moro, no estado do Rio Grande do Sul. Aos três anos, mudou-se para a região Sudoeste do Paraná para a cidade de Francisco Beltrão (1968) com seus pais e irmãos. Vinda de uma família de agricultores, a Deputada relembra que não foram tempos fáceis: seus pais trabalhavam na lavoura e comercializavam diversos produtos, como leite e lenha, menciona que saía da comunidade com seu pai para ir até a cidade comercializar os produtos.

O sítio que a gente morava ficava próximo da cidade cerca de quatro quilômetros e também com meu pai eu vim muitas vezes trazer lenha o pai cortava a lenha a gente carregava na carroça e eu vim com meu pai saía do sítio com a carroça carregada de lenha e vinha na cidade para vender (Luciana Rafagnin, 2022).

**Imagem n.º 8:** Fotografia de Luciana Guzella Rafagnin



Fonte: Reprodução de Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/luciana.rafagnin/>>

Luciana compartilha em um vídeo no Youtube<sup>19</sup> sobre sua trajetória, descrevendo as dificuldades enfrentadas naquela época. Ela menciona que, na comunidade onde vivia, não havia energia elétrica. Luciana estudou as séries iniciais na escola local e, posteriormente, cursou o ensino fundamental em outra escola, para a qual precisava caminhar quatro quilômetros até a cidade. Devido a essa distância, ela se mudou para a casa de um tio, facilitando o acesso à escola. Durante esse período, Luciana trabalhou como empregada doméstica.

Após concluir o ensino fundamental, a deputada conta que precisou voltar para ajudar seus pais na lavoura, já que eles não tinham mais condições financeiras de apoiá-la para continuar os estudos. Luciana ressalta que tinha o desejo de continuar seus estudos, mas só foi possível após se casar, conta que conseguiu concluir o ensino médio, neste período já esperava seu primeiro filho (Camilo), em seguida teve sua segunda filha Giovana, mas mesmo assim não desistiu do anseio que tinha em realizar uma faculdade, conta que na época só tinha faculdades particulares na sua cidade, e não havia políticas públicas para o ingresso nas universidades, isso acabava dificultando muito o acesso das pessoas, relata que adiou o seu sonho de ter uma graduação. Realizou esse sonho no ano de 2001, quando se tornou deputada estadual, menciona que se sente muito feliz por escolher cursar ciências políticas, o qual é um curso que ela se identifica, pelo fato de gostar muito de política, conta que foi muito difícil conciliar seu trabalho com os estudos.

Na mesma entrevista, ela conta sobre sua trajetória política, conta que logo em seguida de se casar, foi para Teresina (1985) para realizar um trabalho social, por meio da Pastoral da terra<sup>20</sup> cujo objetivo era apresentar os conflitos que aconteciam no campo, visava assegurar os direitos dos trabalhadores rurais, denunciando qualquer violação dos mesmos, além de ser instrumento de informação para as demais pessoas, atuava também na mobilização das pessoas em prol do fortalecimento do poder popular. Luciana, nos conta que esse trabalho foi muito importante para enxergar a importância da organização do povo, descreve sobre as dificuldades enfrentadas neste

---

<sup>19</sup> Deputada Luciana Rafagnin. Conheça a minha história!. Youtube, 2 de set. de 2022. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ZW\\_yzvicVaw](https://www.youtube.com/watch?v=ZW_yzvicVaw)> Acesso em 18 de maio de 2024

<sup>20</sup> Pastoral da Terra disponível em:

<<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=266&catid=41&m=0>>

período, a que mais afetava a população da comunidade era a escassez da água, menciona que os moradores da comunidade só tinha acesso à água potável a cada vinte dias, e por conta disso, foram feitas mobilizações, abaixo assinados, para o caminhão pipa ir à comunidade uma vez por semana, menciona. Através dessa vivência, Luciana pode compreender a força que existe em uma organização social, quando o povo atua como coletivo em prol de uma causa.

Em 1986, quando regressou para sua cidade (Francisco Beltrão) ela recebeu um convite do sindicato dos trabalhadores rurais, para trabalhar como coordenadora do grupo de mulheres agricultoras da região, no qual ela atuou nesse trabalho de base inicial, neste período, nacionalmente, buscava se a reivindicação pelos direitos previdenciários das mulheres agricultoras. Luciana menciona sobre as dificuldades das mulheres serem reconhecidas como trabalhadoras, que mesmo enfrentando múltiplas jornadas de trabalho, em casa e fora dela, nas lavouras, na criação dos filhos, entre outras funções, não recebiam remuneração e nem tinham o direito de se aposentar, os homens, ao contrário, eram assegurados deste direito, somente após a constituição de 88, depois de muitas lutas, que as mulheres conquistaram esse direito. E isso teve impacto sobre a vida das mulheres, Luciana conta “que as mulheres tiveram voz, tiveram vez” (Rafagnin, Luciana, 2023).

**Imagem n.º 9:** Fotografia de trabalhadores em frente ao sindicato dos trabalhadores rurais autônomos, onde aparece Luciana Guzella Rafagnin, em 1988.



Organização das mulheres/reivindicação pela licença maternidade-Fonte: Reprodução de Instagram.

Disponível em: <<https://www.instagram.com/luciana.rafagnin/>>

Segundo Luciana, as mulheres enfrentavam dificuldades para participarem das reuniões, geralmente devido a seus maridos, que não permitiam. Conta que muitas enfrentavam seus cônjuges e iam, mesmo sem o apoio deles. Elas não deixavam de comparecer nas reuniões, outro ponto a se observar era a dificuldade em relação à mobilidade, visto que residiam em comunidade com longas distâncias, a locomoção era um desafio, isso levou Luciana a se desafiar a aprender a dirigir, menciona que o fusca azul se tornou um dos companheiros para ir para as comunidades.

Luciana aborda que no ano de 1988 teve seu primeiro filho, e em 1990, sua segunda filha. Menciona que levava seus filhos para as reuniões, que as mulheres ajudavam a cuidar deles, conta que eles cresceram acompanhando ela no seu trabalho.

Menciona que durante a luta pelos direitos previdenciários das mulheres ela percebeu a importância da política, e que precisava se de políticos comprometidos com as pautas das trabalhadoras e trabalhadores. Em 1992, ela recebeu o convite do PT

para concorrer às eleições como candidata a vereadora, relata que no início foi um susto, que teve que pensar muito sobre a decisão, e pensando coletivamente com as mulheres, em que defendiam a pauta de mais mulheres na política, esse era o momento dela aceitar e participar, menciona que recebeu apoio da sua família.

Segundo a dissertação de mestrado sobre as *“Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas: resistências e conquistas.”* da pesquisadora Aline Maiara Demétrio, em que realizou um trabalho sobre a temática, em entrevista a Luciana Rafagnin, que vem da perspectiva do rural, é uma mulher camponesa e uma das lideranças importantes para o cenário do Paraná, no contexto da representação de mulheres rurais na política, segundo a entrevista realizada pela Aline Demétrio, em que teve a oportunidade de entrevistar a deputada Luciana, observamos mais de perto a sua trajetória de vida, no qual participava de encontros da igreja, visto que no campo a igreja ocupa um papel central nas relações com a comunidade, a partir disso, Luciana inicia sua participação na luta sindical.

Sua jornada na militância com os grupos de mulheres, ajudou a ganhar mais visibilidade na região, em 1980 participou à frente da Comissão Sindical de Mulheres do Sudoeste, sendo também 2º secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), com isso, se candidatou a vereadora no município de Francisco Beltrão, e ganhou, se reelegendo em dois mandatos consecutivos, nos anos de 1993 e 1997. No ano de 2000 foi candidata a prefeita no mesmo município, que acabou não se elegendo, em 2001–2002 ocupou o cargo de deputada estadual, visto estar na posição de suplente, logo em seguida (2002) foi eleita a deputada estadual do estado do PR, com 53.339 votos. Teve sua reeleição confirmada em 2006, obtendo 37.966 votos, e em 2010, com 54.277 votos. Em 2018, foi eleita mais uma vez para o mandato que abrange os anos de 2019 a 2022, recebendo 30.931 votos, e novamente em 2022 com um total de 46.823 votos. Luciana é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1989.

Através do conceito da interseccionalidade é possível entender as questões que atravessam a trajetória de Luciana como liderança política. Segundo Santos, Wedig e Corona (2021), ela enfrentou preconceitos na comunidade por ser mulher, mãe e agricultora, papéis que historicamente carregam estigmas sociais. Entretanto, as autoras ressaltam que, apesar de enfrentar opressões, Luciana possui certos privilégios, sendo uma mulher branca, casada dentro dos moldes heteronormativos, pertencente à religião católica e com uma família nuclear constituída, esse fatores

diferenciam sua experiência de outros marcadores de opressão, como raça, sexualidade e religião (Santos; Wedig; Corona, 2021).

Na trajetória de Luciana Guzella Rafagnin, observamos pontos que dialogam diretamente com as discussões desenvolvidas no segundo capítulo deste trabalho, sobre as relações de poder e seu impacto na vida política das mulheres rurais. Sua história é marcada por dificuldades que revelam as dinâmicas de poder que permeiam a realidade das mulheres do campo no Brasil. Vinda de uma família de agricultores, Luciana, desde jovem, esteve envolvida nas lutas diárias pela sobrevivência, a dificuldade de acesso à educação é uma realidade das mulheres que vivem no campo.

Identificamos obstáculos relacionados à mobilidade e à infraestrutura, como a ausência de energia elétrica na comunidade onde Luciana nasceu. Outro ponto analisado foi a falta de água, observada em seu trabalho na região nordestina, a falta de acesso à água é uma questão de saúde básica que afeta inúmeras mulheres em diferentes regiões do país. Além disso, as múltiplas jornadas de trabalho mencionadas por Luciana refletem uma realidade comum para as mulheres do campo, que acumulam responsabilidades na lavoura, no cuidado dos filhos e nas tarefas domésticas, sendo um impasse para a participação política das mulheres nas comunidades rurais.

### 3.4. TRAJETÓRIA ADRIANA DA CASA DA CULTURA

Imagem n.º 10: Fotografia de Adriana Lewitzki, em 2024.



Fonte: De autoria própria/Arquivo pessoal.

Adriana é uma mulher do campo, agricultora, empreendedora, sócia-fundadora da Casa da Cultura de Góes Artigas, é minha mãe, mãe da Thalita, da Isabela, do Joaquim, e do Bento, e nesse momento (2024) ela é candidata nas eleições municipais do Município de Inácio Martins.

Adriana nasceu no ano de 1978 na comunidade de Barreiros, interior de Guarapuava, filha da Maria Rosa, e do seu Lademiro, é a terceira filha de seis mulheres, uma família composta por muitas mulheres, desde cedo sua mãe sempre trabalhou na roça, e também trabalhava de professora das séries iniciais.

Na época tudo era muito difícil, seu pai sempre passava mais tempo fora trabalhando como “caseiro” de chácaras, com isso, as demandas ficavam para mãe, e as filhas mais velhas, o trabalho de cuidado, os afazeres domésticos. Adriana relata que desde criança ela já gostava de participar do clube de mães, ela e suas irmãs faziam as próprias roupas, trabalhavam em grupo com as mulheres, conta que na

comunidade do Góes ela participava da igreja com a sua mãe desde quando aprendeu a ler.

[...] A gente nasceu numa comunidade bem do interior, se chamava 104, mas com três anos, a gente mudou porque minha mãe trabalhava muito na lavoura e tinha muita dificuldade e aquela época ela teve uma oportunidade de trabalhar de professora. Tinha uma comunidade de Barreiros que não tinha acesso à educação. E tinha muita criança sem estudar e não tinha professora. Então essa irmã perguntou na igreja. É quem que podia dar aula? E a mãe no impulso falou que ela podia dar aula.

[...] quando ela começou na escola ela teve que ir aprendendo sozinha, foi muito difícil porque tinha turmas de 40 alunos, e enquanto ela trabalhava a gente ficava em casa.

E minha mãe no começo ela não mudou, ela ficou morando longe ia cavalo para escola devia dar uns quatro cinco quilômetros da escola. [...]

E nós éramos pequenos, minha irmã mais velha com sete anos não foi no primeiro ano para escola porque ela ficou cuidando de nós na casa.

Daí como tava com muita dificuldade e a gente ficava muito sozinha, era tudo pequeno. Meu pai na época ele não parava na casa, sempre cuidava de chácara, nessa época, assim a gente se virava meio sozinho, minha mãe ia para escola, nós ficava na casa, fomos crescendo assim por conta. [...] A minha irmã mais velha fazia tudo o serviço da casa, nós não tinha acesso a luz, a água a rádio, a nada ninguém tinha luz na comunidade, ninguém nem conhecia, minha irmã lavava a roupa na sanga, que era um riozinho que passava, a gente tomava banho lá também, e eu e a minha outra irmã cuidava do serviço de fora da casa, que era cortar lenha, tratava das criação, limpar terreiro, carpir, minha mãe sempre deixava uma tarefa.

[...] Quando eu tinha uns 7 anos, a gente já ia pra roça.

(Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

A partir do relato da Adriana percebemos que sua trajetória já é marcada por barreiras, a falta de acesso a condições mínimas de vida, não tinham acesso à água, energia elétrica, educação, desde cedo tiveram que se responsabilizar pelos serviços domésticos, de cuidado, na roça.

Adriana e suas irmãs quando tinham em torno de 16, 17 anos foram trabalhar como domésticas na cidade, em que passaram por diversas situações, em que tinham seu trabalho explorado, recebiam em troca comida, roupas, mas o dinheiro mesmo era pouco, conta:.

[...] Não sabia das regras, só sabiam que iam ganhar o salário e na época era muito dinheiro assim na cabeça da gente, que tinha tão pouco.

Daí o que que aconteceu, elas trabalharam lá um bom tempo, não tinha domingo, não tinha horário e elas nem sabiam que tinham o direito. Trabalhava sábado dia inteiro, e domingo elas faziam todo o serviço, fazer almoço para os patrões, deixava a louça tudo limpo, daí a patroa falava agora se quiser sair,

saia um pouquinho. E às vezes tinha que deixar o café da tarde pronto, elas saiam davam uma voltinha na cidade ali para conhecer a Lagoa das Lágrimas, iam na igreja tudo faceiro que tavam na cidade, mesmo que tivessem sofrendo tava bom, e daí já voltavam correndo para servir a janta pra patroa. [...]

[...] E com o salário que elas ganhavam, elas ajudaram a mãe a construir a casa.

(Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

**Imagem n.º 11:** Fotografia de Adriana Lewitzki e suas irmãs, em 1986.



Fonte: De autoria própria/Arquivo pessoal. Adriana é a terceira pessoa da esquerda para a direita na foto.

É observado na trajetória de Adriana e na das suas irmãs a necessidade que elas tinham de conseguir um emprego remunerado, tendo que deixar a comunidade em que viviam para poder trabalhar, mesmo sendo trabalhos com condições precárias, e sem direitos trabalhistas.

Eu que fiquei na comunidade de Góes com a minha outra irmã, nós tinha 13/14 anos, a gente trabalhava de empreitada, carpindo pros outros de cedo a noite, pra ajudar a mãe a organizar as coisas, nós ganhava pra mãe fazer a compra

do mês. [...] E nós trabalhava pra várias pessoas, a mãe plantava, e nós carpia tudo as terrinha por volta da casa, arrancava feijão, milho, qualquer serviço.. e quando não tinha o serviço da roça, tudo aqueles pastos que hoje tem na beira do rio, foi nós que plantamos, puxava com o carrinho de mão, e quando terminava o serviço da roça, nós não podia ficar na casa, servicinho de casa era pra fazer de noite, ou no domingo, e o serviço tinha que render, se não a mãe ainda achava pouco [...]

(Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

Adriana conta que aos dezesseis anos foi trabalhar em Guarapuava, na cidade vizinha da comunidade, sem saber ao certo aonde que ia trabalhar, menciona que ficou trabalhando durante três anos na cidade de Laranjeiras do Sul, depois desse período, Adriana descobriu que estava grávida, tendo que voltar para a comunidade de Góes Artigas. Sendo mãe solo, enfrentando os preconceitos da época em ser mãe “solteira” pela pressão da família, se casou com um homem que era mais velho para ter melhores condições para ela e sua filha. Três anos depois Adriana tem sua segunda filha, durante esse período ela volta a estudar, conta que conseguiu fazer o supletivo enquanto estava grávida. Em um cenário violento, enfrentando violência psicológica, agressões, Adriana rompe esse casamento, e volta para a comunidade de Góes, onde que abre uma mercearia, ali enfrenta muitas dificuldades, mas não desiste.

[...] O primeiro pensamento era parar com a venda, mas eu não podia parar porque tinha vocês pra sustentar... Dai continuei, fui vendendo, tinha uns comentários, mas a maioria sabia a situação que eu tava vivendo, pessoal não vê o lado da mulher, só sabe criticar... Mãe solteira, separada com duas filhas. Dai começou a luta né, dali eu tinha que tirar todo o sustento, foi indo, nunca deixei de lutar pelas coisas [...]

(Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

Após esse período, Adriana se casou e teve mais três filhos. Através de seu trabalho como comerciante, foi fortalecendo seus vínculos na comunidade e, com o tempo, envolveu-se na agricultura, dedicando-se ao cultivo de alimentos agroecológicos. Participou ativamente do Grupo de Hortas (Grupo de Agricultores Ecológicos Água Viva de Góes) vinculado à Associação de Agricultores Ecológicos São Francisco de Assis, localizada no município de Irati e integrante da Rede Ecovida de Agroecologia. Nesse período, também integrou a Associação de Pais e Mestres da

Escola Municipal Bom Jesus, e o Conselho Comunitário da Capela Menino Jesus, ambos na comunidade de Góes Artigas.

Em 2016 Adriana iniciou atuando na construção do projeto da Casa da Cultura, que tinha como propósito ser um espaço comunitário para as mulheres, contribuindo na geração de renda das mulheres rurais, comercialização de produtos, garantindo o acesso à cultura e lazer.

Iniciamos o projeto da Casa da Cultura, com o Joaquim pequeno (quarto filho) mas eu sempre tava lá, toda semana, nas reuniões, o primeiro grupo foi das mulheres, eu era coordenadora, a gente chegava a ter mais de quarenta mulheres, eu morava a dois quilômetros de distância, descobri que estava grávida, eu não dirigia, eu descia até quase ganhando o bebe, começou a ficar difícil, tinha que ir fazer o pré-natal em Inácio, com o Joaquim pequeno, carregando sacolas, [...] Quando o Bento nasceu eu levei ele tomar vacina com sete dias, eu fui até lá no ponto de ônibus, depois de ter feito cesária.  
(Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

Entre idas e vindas, Adriana retomou a venda de seus produtos na mercearia, enfrentando as dificuldades de conciliar o trabalho com os cuidados dos filhos pequenos. Buscando alternativas para aumentar sua renda, ela passou a utilizar a cozinha da Casa da Cultura para preparar panificados, que comercializava na mercearia. Nesse período ela conta que uma das maiores conquistas foi fazer a carteira de habilitação, durante sua trajetória no campo enfrentou dificuldades em relação à mobilidade, sendo a habilitação uma conquista para as mulheres do campo.

Eu comprei um carro, mas não consegui fazer a carteira de motorista, sempre tinha uma criança pequena pra cuidar, eu usava muito ônibus, trazia compra no ônibus, ia fazer o pré-natal em Inácio, só consegui fazer a carteira depois, quando tive todas as crianças. [...] A gente fez a carteira em Guarapuava, consegui fazer com 42 anos, e minha mãe com 63, fizemos juntas.  
[...] Mas com a carteira de motorista, isso melhorou muito a minha vida, porque daí eu já dirigia né, já comecei a ir para Inácio resolver minhas coisas, não tinha carro, mas emprestava [...]  
[...] Era outra vida, imagine eu vivia me batendo de ônibus com as crianças, daí depois a gente pegava o carro ia pra Inácio, voltava, ia na igreja na escola, eu nem imagino hoje a gente sem carro, sem dirigir, pense hoje eu fazendo campanha sem ter como ir [...] Foi uma das maiores conquistas é ter a carteira, poder dirigir, ter liberdade pra ir para os lugares.  
(Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

A Casa da Cultura foi sem dúvidas a mudança da nossa realidade, na vida das mulheres rurais, Adriana menciona que o projeto foi muito importante, Adriana relata como se deu o início do projeto.

A ideia da Casa da Cultura foi da minha irmã mais nova, a Taisa, ela propôs e a gente abraçou a causa junto, e foi o início de um projeto que começou pequeno e daí foi crescendo, uma casa abandonada, não tinha nada e a gente se uniu e começou a organizar.

A gente achou a ideia ótima, vamos então se organizar, ver o que podemos fazer, gostamos muito da ideia, arregaçamos a manga e trabalho, na limpeza, começamos a ter sonhos de organizar uma cozinha, trabalhar com panificados, ter um espaço, trabalhar com alimentos, e assim que a gente deu uma arrumadinha na casa, a gente começou com os mutirões, a pedir doações, e foi se organizando [...]

Tivemos a ideia de formar um grupo de mulheres, foi muito bom para as mulheres, a gente se reunia na quarta-feira com várias mulheres, a gente trabalhava fazendo oficinas de tricô, crochê, fomos arrecadando materiais, fazia binguinhos, sabão caseiro, para arrecadar dinheiro.  
(Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

Adriana conta que trabalhava na Casa da Cultura, mesmo com as crianças pequenas ela levava junto, e assim ia enfrentando as dificuldades, nunca deixou de participar da organização.

**Imagem n.º 12:** Fotografia de Adriana Lewitzki, em 2017.



Fonte: De autoria própria/Arquivo pessoal.

**Imagem n.º 13:** Fotografia de Adriana Lewitzki no Encontro clube de mães, em 2017.



Fonte: De autoria própria/Arquivo pessoal.

Adriana menciona: “As mulheres gostavam de participar do grupo, porque saiam um pouco daquela rotina da casa, pra conversar, tomar chimarrão, isso era muito bom”.

Ao longo da sua trajetória na Casa da Cultura, Adriana foi se aproximando das questões que impactam diretamente a vida das mulheres rurais, reconhecendo a importância de lutar por seus direitos e de ocupar espaços de decisão política. Através da organização comunitária, ela passou a perceber as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, tanto no campo quanto na cidade, e como a política pode ser uma ferramenta para promover mudanças. Ao escrever sobre a vida de Adriana, pude acompanhar de perto o processo eleitoral em que ela se candidatou a vereadora no município de Inácio Martins. Durante esse período, Adriana compartilhou suas vivências, destacando os desafios que enfrentou ao tentar se inserir no poder legislativo.

**Imagem n.º 14:** Fotografia de Adriana Lewitzki Trabalhando na Campanha Eleitoral-Candidata a Vereadora



Fonte: De autoria própria/Arquivo pessoal.

Eu sempre gostei de política, não pensava em ser candidata, mas foi passando o tempo, várias pessoas me falavam porque você não sai candidata, mas eu pensava isso não é comigo, eu não sou de falar muito, não me imagino em cima de um palco gritando, eu sou do meu jeito, minha conversa é tranquila.

Mas agora a gente pensou em sair pelo trabalho que a gente já faz na Casa da Cultura, da associação, e a gente sempre em movimento com o povo, a gente viu a falta de apoio, os vereadores que se elegem não fazem nada pelo povo, não participam na comunidade, e a gente vê as dificuldades que o povo enfrenta, principalmente as comunidades do interior[...]

Hoje sou candidata a vereadora, eu penso que se a gente conseguir se eleger é para trabalhar pelo povo, que é mais humilde, que precisa.

Muitas pessoas falavam “Ah, mas você saiu para completar a chapa, sempre sai mulher só pra completar a chapa” e eu sempre respondo, não eu não saí pra completar chapa, eu sai pra disputar, eu sou candidata e eu sai pra lutar, quero disputar cada voto, quando a gente quer melhoria tem que lutar (Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024).

Nos relatos de Adriana, após seus dias intensos de campanha na estrada eram: “cheguei na casa de uma senhorinha, ela pegou na minha mão, e falou você tem um coração bom, que Deus te abençoe fia” muitas outras mulheres se reconhecem quando escutam sua trajetória de mulher do campo, que enfrenta cotidianamente os mesmos desafios que outras mulheres.

Durante o processo eleitoral e através da entrevista realizada, foi possível identificar diversas interseccionalidades que marcam a trajetória de Adriana. Sua vivência no campo e os atravessamentos que permeiam sua vida revelam camadas de desafios que se entrelaçam à questão de gênero. Considerando o que foi discutido no início do segundo capítulo sobre as interseccionalidades que afetam principalmente as mulheres negras. Adriana também enfrentou preconceitos por ser mulher, por vir de um cenário rural, essas experiências demonstram como o gênero, raça, classe e local de origem estão ligadas e não tem como serem analisadas separadamente.

Por isso, é fundamental que as mulheres ocupem espaços de poder e decisão, quando as mulheres se veem representadas, elas se reconhecem e percebem que suas vozes e demandas importam.

Além disso, das dificuldades mencionadas, Adriana relata sobre a barreira em conseguir realizar a filiação no Partido dos Trabalhadores (PT), conta que teve dificuldades burocráticas para fazer a filiação e depois a homologação da candidatura, por questões políticas enfrentadas dentro da coordenação do partido na esfera

municipal, recorrendo a outras esferas diretivas, isso foi possível pela interlocução da Casa da Cultura e a parceria com deputados a nível estadual e federal.

Não foi fácil de se filiar porque, eu sempre fui do Partido dos Trabalhadores (PT) sempre tentava me filiar, aqui no meu município nunca deu certo.

[...] O PT em Inácio é muito fechado, por isso que tivemos dificuldade, temos uma presidente que mesmo sendo mulher ela não deu chances, até pra mim sair candidata, a primeira dificuldade foi ai, não tive convite do partido, puxou mais para o lado dos homens, entrei pra ser candidata, mas quase sendo ameaçada pelo próprio grupo.

[...] Tivemos bastante dificuldades, as informações eram poucas, sempre tinha que ir atrás, pesquisar as informações, a gente tava tomando bastante cuidado com medo que a candidatura não fosse homologada, sempre atento nas coisas, isso foi bem verdade né? A gente ficou com um pé atrás. (Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

Adriana também relata que nesse período de campanha em que pode sair visitar as comunidades rurais, bairros, vilas, observou as condições precárias de vida que as pessoas se encontram no município de Inácio Martins, a falta de acesso ao transporte, visto que após pandemia não tem linhas de ônibus que interligam as comunidades as cidades vizinhas, a falta de apoio do poder legislativo em relação à agricultura, que as agricultoras carecem de apoio técnico, logística, projetos.

A falta de acesso a transporte, não temos transporte, tem gente que moram bem longe da cidade, porque são comunidade do interior, e dai já ganha pouco, e ainda tem que pagar táxi, fica muito caro [...] (Adriana Lewitzki, entrevista cedida em 25 de setembro de 2024)

Adriana destaca a importância de ter uma rede de apoio das mulheres da família que cuidam das crianças, realizando os serviços da casa, para que ela pudesse participar não somente no período das eleições, mas também de suas atividades na comunidade.

**Imagem n.º 15:** Santinho<sup>21</sup> da candidata Adriana da Casa da Cultura para vereadora nas eleições municipais de 2024.



Fonte: De autoria própria/Arquivo pessoal.

Como Adriana concorre na cidade de Inácio Martins, apresentamos um demonstrativo dos dados da cidade, no Estado do Paraná. Segundo dados do IBGE (2022), o município detém 9.670 pessoas, em comparação com o censo 2010 o município decresceu em 11,63%. Inácio Martins, encontra-se entre os cinco municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Paraná, no contexto de 399 municípios ocupa a 384 colocação. No ano de 2022 obteve 3,8 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), abaixo da média estadual de 5,2. Em 2020, apenas 15,1% da população exercia ocupação. Um ponto importante, é que cerca de 42% da população do município reside no espaço rural, organizadas em 25 comunidades do campo.

Em relação ao legislativo municipal, Inácio Martins é um município que desde o ano de 1961 com sua emancipação do município de Guarapuava em 1960, tem vereadores. Até o ano de 2024, nesses 63 anos, passaram pela Câmara 137 vereadores, desses, apenas 6 mulheres (Irene Bastos Druciak (1970–1973 /

<sup>21</sup> Santinho: propaganda impressa com informações da candidata

1973–1976); Valtina Vieira De Meira (1983–1988); Sirlene Cecato Perussolo (1997–2000); Veridiana Binkowski De Andrade (2005–2008); Rita Sueli Xavier Taborda (2013–2016); Sandra Aparecida Daniel (2007 –2020)<sup>22</sup>) significando 4.37%, sendo essas, todas mulheres brancas e residentes na sede urbana do município. De 14 legislaturas, 7 estavam sem nenhuma mulher, e quando teve alguma representante, apenas 1 em relação a 8 ou 9 vereadores homens.

Sobre as Eleições Municipais de 2020 para o legislativo de Inácio Martins. Olhando para os resultados a partir da perspectiva da representatividade das mulheres, retrocedemos, pois, temos um legislativo formado apenas por homens. Dos 9 homens eleitos que compõem o legislativo em 2021, apenas 2 são do interior do município, 7 vivem na cidade de Inácio Martins e 4 foram reeleitos.

Segundo dados do G1, na lista dos 10 primeiros candidatos que mais receberam votos, há apenas uma mulher, que ficou em 10º colocação com 243 votos. Estendendo o recorte para os 20 candidatos que mais receberam votos, o número pouco aumenta, passando para 3 mulheres que ficaram nas colocações 10º, 17º e 19º. Já no final da lista, dos 10 candidatos que menos receberam votos, 5 são mulheres. No total dos 6.266 votos válidos para vereadores, das 22 mulheres votadas, somaram 1.027, cerca de 16% dos votos.

Diante dos números<sup>23</sup>, apenas uma certeza: temos um longo caminho para tornar a política partidária um lugar de representatividade e igualdade de gênero (entre outras diversidades). Nas Eleições Municipais de 2024, de cinco candidaturas homologadas para prefeito, apenas uma é formada por uma vice-prefeita mulher. Em relação à Câmara Municipal são 75 candidaturas a vereador, 51 são de homens e 24 de mulheres, conforme a cota de gênero. No entanto, é expressiva a projeção dos partidos e federações para a eleição de homens, sendo poucas as mulheres com chances reais de eleição, muitas candidaturas homologadas são de mulheres desconhecidas da população e que não estão fazendo campanha, o que aponta para possíveis fraudes. Percebe-se a repetição de um padrão eleitoral em várias esferas legislativas, que pouco privilegia a participação política das mulheres, por meio de mecanismos subjetivos estruturados nas relações desiguais de gênero.

---

<sup>22</sup> Nomes das vereadoras: Câmara municipal de Inácio Martins.

<sup>23</sup> **G1 PARANÁ**. Resultado das apurações em Inácio Martins. G1 Paraná, Curitiba, 16 nov. 2020.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/inacio-martins.ghtml>.

Acesso em: 27 ago. 2024.

Para isso se faz necessário viabilizar a participação das mulheres na política em todos os momentos, não apenas nas eleições. Precisamos de mulheres em cargos executivos e de confiança, na direção e no direcionamento dos partidos, etc. para que nas eleições elas possam estar fortalecidas para o pleito eleitoral e preparadas para defender a luta das mulheres.

A partir das trajetórias descritas percebemos que as quatro mulheres, se inseriram no campo da política por meio de movimentos sociais, no caso de Margarida Alves é preponderante o movimento camponês, no qual desencadeou na Marcha das Margaridas, que envolve vários segmentos do campo brasileiro como coletivos, associações, federações e movimentos sociais que contribuem com o reconhecimento e autonomia das mulheres do campo.

Já Sônia Guajajara é fruto do movimento indígena organizado, que tem em vista retomar espaços de poder, através dos movimentos pela reivindicação de direitos. Sendo a Bancada do Cocar um movimento para organização e visibilidade de candidaturas indígenas que se materializou nas eleições presidenciais de 2022. A Bancada do Cocar apoiou várias candidaturas de mulheres indígenas, sendo eleitas três deputadas federais indígenas: Sônia Guajajara pelo PSOL - SP; Célia Xakriabá pelo PSOL - MG e Juliana Cardoso pelo PT - SP. Deve-se destacar que apenas nas eleições presidenciais de 2018 foi eleita a primeira mulher indígena, a advogada Joênia Wapichana pela REDE - RR, ela não alcançou a reeleição em 2022, no entanto, assumiu a presidência da FUNAI, sendo a primeira mulher indígena a presidir o órgão indigenista desde sua criação em 1967, a partir de reformulação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1909.

Na trajetória política partidária de Luciana Rafagnin, a escolha dela refere-se à representatividade da mesma, ao que corresponde a participação de mulheres camponesas em cargos eletivos.

A trajetória da Adriana da Casa da Cultura foi realizada em uma entrevista em profundidade, e também trabalho de campo acompanhando sua candidatura nos últimos três meses, julho a setembro de 2024. Foi possível observar a interseccionalidade, na prática, os impasses, barreiras presentes na sua trajetória de vida política.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso, realizou-se a análise da participação das mulheres do campo na política brasileira, ao decorrer da pesquisa nos deparamos com dados desiguais da participação das mulheres em relação aos homens.

A análise da participação política de mulheres rurais, camponesas, assentadas, quilombolas e indígenas nota a ausência de dados gerais sobre sua atuação nas eleições, observamos que mesmo após alguns avanços na participação feminina, a política brasileira permanece desigual, com políticas de equidade de gênero que pouco promovem a inclusão, principalmente das mulheres rurais.

Além de observar a ausência de dados quando se trata das mulheres rurais, neste trabalho foi possível perceber a necessidade de se compreender as hierarquias na política. Ademais, visibilizar o enfrentamento delas através das trajetórias das mulheres rurais, como demonstram as histórias de Margarida, Sônia, Luciana e Adriana que são representativas da diversidade do campo.

Além disso, o trabalho aborda as interseccionalidades de raça e classe, conforme discutido por Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene, que aprofundam a compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres do campo. Essas interseccionalidades revelam que as mulheres rurais enfrentam atravessamentos em relação ao gênero, classe, raça, e localização geográfica/espço, identificamos como hierarquias e impasses para a participação política das mulheres rurais, o trabalho reprodutivo, as políticas públicas no território, como acesso à educação, comunicação e transporte que afetam a participação política.

Realizar essa pesquisa e escrever o presente texto, foi a forma que encontrei para contribuir com o debate de gênero, compreendendo quais são as hierarquias presentes na estrutura social e política, quais os impasses que as mulheres do campo enfrentam, e o porquê deles, as hierarquias afetam a participação e representatividade política das mulheres rurais são numerosas. Entre elas, destacam-se o trabalho reprodutivo, as limitações de mobilidade territorial, o acesso restrito à educação, à informação e à água, além da falta de oportunidades, tudo isso no cenário de desigualdade política de gênero existente no Brasil.

Por fim, a análise da participação das mulheres do campo na política brasileira não apenas revela as desigualdades, mas também aponta caminhos para uma

construção coletiva através das organizações comunitárias, associações, sindicatos, grupos de mulheres, que contribuem para o envolvimento das mulheres em suas comunidades de vida.

## Referências Bibliográficas

1. AGÊNCIA SENADO. **Candidaturas femininas nas eleições**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/02/eleicoes-municipais-tem-recorde-de-candidatas-mulheres>. Acesso em: 11 de jul. de 2024
2. AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto,. **Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. 2015. Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas–SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1626178>. Acesso em: 18 jul. 2024.
3. ALMEIDA, Josiane Patrícia Fritz; SPANEVELLO, Rosani Marisa. A participação feminina na agricultura familiar e as políticas públicas de crédito frente à proposta da igualdade de gênero prevista no ODS 2030. In: V COLÓQUIO NACIONAL E I INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS, 2023, Santa Maria. Anais [...]. Santa Maria: UFSM, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/569/2023/03/participacao-feminina-na-agricultura-familiar.pdf> Acesso em: 19 de setembro de 2024.
4. AM NCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 5, p. 72-85, 2013.
5. AMORIM, André Felipe; CARVALHO, Angelo; SANTOS, Mayane Cristina; SANTOS, Dalila Carla dos. A face machista do impeachment: postura de revistas brasileiras perante o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff. Juazeiro, BA: UNEB - Universidade do Estado da Bahia, 2017.
6. BBC News Brasil. A história de Alzira Soriano, a primeira mulher a virar prefeita no Brasil. **Jornal Estado de Minas**, 27 de out. de 2020. Disponível em: [www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/27/interna\\_politica,1215145/a-historia-de-a-lzira-soriano-primeira-mulher- virar-prefeita-no-brasil.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/27/interna_politica,1215145/a-historia-de-a-lzira-soriano-primeira-mulher- virar-prefeita-no-brasil.shtml). Acesso em: 26 de setembro de 2023.
7. BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. Dados, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, jul./set. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582016000300719&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300719&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 mar. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201690>.
8. BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
9. BK; JXNV\$. Gigantes. In: 2.022 [Icarus]. AKQA/Coala.Lab, 2022.
10. BRASIL Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
11. BRASIL DE FATO. **Marcha das Margaridas: a maior ação de mulheres do campo da América Latina**. Youtube. Disponível em:

<[https://www.youtube.com/watch?si=9iez6b\\_3H6zRhBef&v=n3S3FJFgZSE&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?si=9iez6b_3H6zRhBef&v=n3S3FJFgZSE&feature=youtu.be)>. Acesso em: 18 jul. 2024.

12. Brasil de Fato. **Protagonismo das mulheres na luta indígena, com Sonia Guajajara**. Youtube, 19 de mar. de 2021. Disponível em: [[https://youtu.be/IVjeQH\\_JrOg?si=K27-yrxN87tj36ET](https://youtu.be/IVjeQH_JrOg?si=K27-yrxN87tj36ET)]. Acesso em: 14, março de 2024
13. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 de jul. de 2024
14. BRASIL. **Lei n. 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm). Acesso em: 11 jul. 2024.
15. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. A construção da voz feminina na cidadania. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/arquivos/portfolio-exposicao-a-construcao-da-voz-feminina-na-cidadania-TSE.pdf>. Acesso em: 28, de agosto de 2024.
16. BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero E Reprodução Social Na Agricultura Familiar. **Revista Nera**, n. 12, p. 6–17, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i12.1396. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 9 abr. 2024
17. C MARA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS. Legislaturas. Disponível em: <https://www.camarainaciomartins.pr.gov.br/legislaturas.php>. Acesso em: 27 ago. 2024.
18. CABRAL, Guilherme Perez; MONTALDI, Paola; TOLEDO, Gustavo Freddi. A participação feminina no sistema político-eleitoral e a política de cotas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 127, p. 55-77, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/52228>. Acesso em: 18 jan. 2024.
19. CAPEL DE ATAÍDES, Maria Clara. A atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): uma perspectiva de suas estratégias e especificidades [manuscrito]. 2018. 204 f.: il. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, Faculdade de Direito, Goiânia, 2018. Acesso em: 13 set. 2024
20. CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista de Estudos Sociais e Ambientais**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>. Acesso em: 21 jul. 2024.
21. CARNEIRO, María José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos: Sociedade e Agricultura** (publicação do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento da Agricultura e Sociedade — UFRRJ), Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 28 de novembro 2013. Disponível

- em: [<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21>] Acesso em: 25, março de 2024.
22. CERVI, Emerson U. Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política. Curitiba: CPOP-UFPR, v. 1, 2017.
  23. CNN Brasil. **Brasil é 142º na lista internacional que aponta participação de mulheres na política.** CNN Brasil, 10 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-142-na-lista-internacional-que-aponta-participacao-de-mulheres-na-politica/>>. Acesso em: 8 jul. 2024.
  24. COELHO, Rodrigo Durão. Sônia Guajajara: São Paulo elege sua primeira deputada indígena. **Brasil de Fato**, 02 de outubro de 2022. Disponível em: [<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/02/sonia-guajajara-sao-paulo-elege-sua-primeira-deputada-indigena>] Acesso em: 14, março de 2024.
  25. COSTA, Bruna Marques; OLIVEIRA, Conrado Pável. Conexão Política. Teresina (PI), v. 10, n. 2, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26694/2317-3254.rcp.v10i2.5>.
  26. COSTA, Marli M. Moraes da; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres*, v. 17, n. 1, p. 27-42, 2014.
  27. De La Cadena, Marisol (2018). “Natureza incomum: histórias do antropo-cego”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, pp 95-117.
  28. DE SOUZA FERREIRA, Ana Paula Romão. **Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas.** Editora da UFPB, 2017.
  29. DEMÉTRIO SANTOS, Aline Maiara; WEDIG, Josiane Carine; PAGLIOSA CORONA, Hieda Maria. “Da Igreja à luta”: trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná. *Revista Estudos Feministas*, [S. I.], v. 29, n. 2, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n267222. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/67222>. Acesso em: 13 set. 2024.
  30. Deputada Luciana Rafagnin. Conheça a minha história!. *YouTube*, 2 de set. de 2022. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ZW\\_yzvicVaw](https://www.youtube.com/watch?v=ZW_yzvicVaw)> Acesso em 18 de maio de 2024
  31. EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. (2018). **Anais de Seminários da EMERJ, Volume 1, 2018.** EMERJ. [https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/anais\\_de\\_seminarios\\_da\\_emerj/edicoes/volume1\\_2018/anais\\_de\\_seminarios\\_da\\_emerj\\_volume1\\_2018.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/anais_de_seminarios_da_emerj/edicoes/volume1_2018/anais_de_seminarios_da_emerj_volume1_2018.pdf)
  32. FÁRIA, NALU. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista. Um olhar sobre o trabalho das mulheres.* Brasília : MDA, 2009.
  33. FARIAS, Patrícia Rangel. Participação política das mulheres no contexto mundial. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 417-433, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/XqvqGYBNTVmM3BTY6GfbVHQ/?lang=pt>. Acesso em: 11 de jul. de 2024

34. FARIAS, Telma. Mulheres e participação política internacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/mulheres-e-participacao-politica-internacional/>. Acesso em: 8 jul. 2024.
35. FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
36. FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
37. G1 PARANÁ. Resultado das apurações em Inácio Martins. G1 Paraná, Curitiba, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/inacio-martins.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2024.
38. GÊNERO E HISTÓRIA. **Mulheres de Luta - Ep. 6: Mulheres Rurais**. Youtube Disponível em: <<https://youtu.be/iOaMuAQMw1I?si=m64xxdlHIMy6oM9U>>. Acesso em: 18 jul. 2024.
39. GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 115-124, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/pqP4MDkBX4VLR5Lqf5DLHys/?lang=pt>>.
40. GORTARI, Amanda dos Santos Neves. A podridão da candidatura laranja: ponderações acerca da participação feminina nas eleições brasileiras. Estudos Eleitorais, Brasília, DF, v. 14, n. 1, ed. especial, p. 32-49, jan./abr. 2020.
41. HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. GÊNERO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO. REVISTA NERA, [S. l.], n. 8, p. 1–28, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i8.1443. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>. Acesso em: 24 set. 2024.
42. HEREDIA, Beatriz, Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. Revista Nera Presidente Prudente – Ano 9, n. 8 – Janeiro/Junho de 2006 – pp. 1-28 - ISSN 1806-6755
43. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 27 de setembro de 2011. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=132&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=132&id_pagina=1) acesso:10 de setembro de 2024
44. Instituto Alziras, **Censo das Prefeitas Brasileiras (Mandato 2021-2024)**. Disponível em: <https://preefitas.institutoalziras.org.br/censo/>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.

45. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em média, as mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens às ações domésticas ou ao cuidado das pessoas. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>
46. Leia a íntegra do discurso da ministra Sonia Guajajara. **UOL**, São Paulo, 11, janeiro e 2023. Disponível em: [<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/leia-a-integra-do-discurso-da-ministra-sonia-guajajara.htm>] Acesso em: 14, março de 2024.
47. LEWITZKI, Adriana. Entrevista sobre Participação política de mulheres rurais.. Entrevista concedida a Olinda Gabrielle I. Lewitzki Drutchiaki, em 20 de setembro de 2024.
48. LUCE, Fabiana Santos; RIOS, Angela Amanda Nunes; LEMES, Luana Beatriz; BELLAMY, Marian Salles Gomes. Concepção, gravidez, parto e pós-parto: perspectivas feministas e interseccionais. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. 404 p.
49. MALHEIROS, Mariana. A construção de feminismos contra-hegemônicos na Bolívia: contribuições dos movimentos Mujeres Creando e Feminismo Comunitário . InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 1, p. 407–428, 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v9i1.45422. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/45422>. Acesso em: 24 set. 2024.
50. MATOS, Marlise. A violência política sexista no Brasil: o caso da presidenta Dilma Rousseff. In: D'ÁVILA, Manuela (Org.). Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. p. 182-231.
51. MATOS, Marlise. et all. Violência política contra mulheres em perspectiva interseccional: cartilha. Belo Horizonte: NEPEM / UFMG, 2024.
52. MATOS, Marlise. **Panorama da Representação Política de Mulheres na América Latina**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher; Centro de Interesse Feminista e de Gênero, 2010.
53. MATOS, Marlise. Relatório Final de Consultoria de “Apoio técnico para a elaboração da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres”. ONU Mulheres e Ministério das Mulheres, Brasília, 2023, 157p.
54. MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996 ONU – Organização das Nações Unidas – Artigo: A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro, 2017. Disponível em: [www. /brasil.un.org](http://www.brasil.un.org). Acesso em: jan.2022.
55. MESSIAS, Leticia.Sonia Guajajara é eleita a primeira deputada federal indígena por São Paulo. **Extra (Editora Globo S/A)**, 03 de out. de 2022. Disponível em:

[<https://extra.globo.com/noticias/politica/sonia-guajajara-eleita-primeira-deputada-federal-indigena-por-sao-paulo-25582993.html>] Acesso em: 20, março de 2024.

56. Movimento de Mulheres Camponesas. A cara da juventude da luta camponesa e feminista. **MMC - Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: <<https://mmcbrasil.org/a-cara-da-juventude-da-luta-camponesa-e-feminista/>>. Acesso em: 18 jul. 2024.
57. MULES, K. Situação da Mulher Rural no Brasil. Disponível em: [https://d3o3cb4w253x5q.cloudfront.net/media/documents/mujeres\\_rurales\\_en\\_brasil\\_0.pdf](https://d3o3cb4w253x5q.cloudfront.net/media/documents/mujeres_rurales_en_brasil_0.pdf). Acesso em: 28 de agosto, 2024
58. Paixão, Mayara. Conheça Margarida Alves, símbolo da luta das trabalhadoras do campo por direitos. **Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/08/12/conheca-margarida-alves-simbolo-da-luta-por-direitos-para-as-trabalhadoras-do-campo>>. Acesso em: 18 jul. 2024.
59. PRADO, Samantha. Sonia Guajajara e a luta das mulheres indígenas por espaço na política institucional. **Le Monde Diplomatique Brasil, Online**, 25, março de 2021. Disponível em: [<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/leia-a-integra-do-discurs-o-da-ministra-sonia-guajajara.htm>] Acesso em: 14, março de 2024.
60. Rádio e TV Justiça. **Documentário - Participação feminina na política**. Youtube, 18 de out. de 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=VY8UWet\\_rYU](https://www.youtube.com/watch?v=VY8UWet_rYU)>. Acesso em: data que você acessou o vídeo. Disponível em: 9 abr. 2024
61. SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica P. S. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Revista Estudos Feministas 23** (2015): 713-734.
62. SAFFIOTI, Heleieth I. **Mulher e Sociedade: a integração da mulher ao processo de produção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.
63. SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. Fundação Perseu Abramo, 2004.
64. SAFFIOTI, Heleieth IB. **O poder do macho**. Ministério Público do Estado da Bahia, 1987.
65. SANTOS, Aline Maiara Demétrio. **Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas: resistências e conquistas**, 2019.
66. SANTOS, Aline Maiara Demétrio; WEDIG, Josiane Carine; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas: resistências e conquistas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 29(2): e67222. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n267222.
67. SANTOS, Aline Maiara Demétrio; WEDIG, Josiane Carine; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. “Da Igreja à luta’: trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, e67222, 2021.

68. SANTOS, Laís Alves dos. Mulher, terra e território: o processo de des-territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Conceição do Araguaia-PA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018. Disponível em: [https://geografia.unifesspa.edu.br/TCCs\\_2018](https://geografia.unifesspa.edu.br/TCCs_2018). Acesso em: 19 de setembro de 2024.
69. SEMINÁRIOS 30 ANOS DA CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTE, 2018, Rio de Janeiro - RJ. **Seminários 30 Anos da Carta das Mulheres aos Constituinte**. Rio de Janeiro - RJ: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro — EMERJ, 2018. 105 p. Disponível em:
70. Sonia Guajajara. **Sonia Guajajara**, 2022. *Site* de Campanha eleitoral da Deputada, contendo sua trajetória. Disponível em: [<https://soniaguajajara.com.br/minha-trajetoria/>] Acesso em: 14, março de 2024
71. SPOHR, Alexandre Piffero; MAGLIA, Cristiana; MACHADO, Gabriel; OLIVEIRA, Joana Oliveira de. Participação política de mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 417-443, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p417>. Acesso em: 11 de jul. de 2024
72. TOLEDO, Cláudia Mansani Queda de; JARDIM, Neymilson Carlos. A baixa representatividade feminina na política: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 47, n. 2, p. 318-333, 2019.
73. TORRES, Geovane Gesteira Sales; LEITE, Maria Laís dos Santos; RIBEIRO, Luiz Paulo. Conexão Política. Teresina-PI, v. 10, n. 2, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26694/2317-3254.rcp.v10i2.5>.
74. TV CONTAG. **Documentário: Nos Caminhos De Margarida**. Disponível em: <https://youtu.be/sjxruyZt-eM?si=uGdTO5t-xlfcx0b6>. Acesso em: 18 jul. 2024.
75. TV Fórum. **Quem é Sônia Guajajara, indígena cotada para assumir o Ministério dos Povos Originários**. Youtube, 19 de dez. de 2022. 1 vídeo (38 min) Disponível em: [[https://www.youtube.com/watch?v=k1kdSZEbg\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=k1kdSZEbg_Y)]. Acesso em: 14, março de 2024
76. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. acesso em 20/09/2023